UNIVERSIDADE DE SOROCABA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FLÁVIA CRISTINA COELHO

UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E O COMPORTAMENTO ENTRE OS GÊNEROS NO CORPO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO

SOROCABA/SP

2023

UNIVERSIDADE DE SOROCABA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FLÁVIA CRISTINA COELHO

UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E O COMPORTAMENTO ENTRE OS GÊNEROS NO CORPO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do Diploma de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade de Sorocaba.

Orientador: Professor Dr. Fabrício Padilha

SOROCABA/SP

2023

FLÁVIA CRISTINA COELHO

UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E O COMPORTAMENTO ENTRE OS GÊNEROS NO CORPO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do Diploma de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: 30/11/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabrício Padilha Pereira da Silva

Universidade de Sorocaba (UNISO)

Profª Dra. Karina Stange Calandrin

Universidade de Sorocaba (UNISO)

Profª Dra. Maria Luísa Telarolli de Almeida Leite

Universidade de Sorocaba (UNISO)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de destacar os agradecimentos iniciais especialmente a minha família: a minha mãe Ivone B. da Silva que sempre me apoiou, na verdade, nos apoiamos em todos os momentos. Agradeço por ser a minha fortaleza, por ser exemplo de persistência e força, mesmo quando parecia não ser possível carregá-lo. Ao meu noivo Raul M. Maciel por sempre me apoiar, me incentivar a correr atrás daquilo que almejo e, principalmente, por me ajudar a pagar a mensalidade quando eu não podia. Ao meu irmão Fábio E. Coelho, que mesmo sendo muito novo e não entendendo o que acontecia sempre me acolheu e chorou comigo. A quem herdei o sobrenome, o meu pai Luciano Coelho, que mesmo não demonstrando interesse ou não acreditando no que eu estudo, me incentivou a continuar. Por fim, agradeço aos meus gatos Rodolfo Skywalker e Cereal Skywalker por serem o meu apoio emocional.

Agradeço às minhas professoras Maria Luísa Telarolli e Karina Stange Calandrin que ofereceram apoio e foram primordiais para o meu desenvolvimento durante a minha graduação. Ao meu professor e orientador Fabrício Padilha Pereira da Silva por todo suporte e contribuição nas pesquisas.

Aos meus grandes amigos de longa data Maysa Silva, Nicole Ribeiro, Bruna Ciandrini e Matheus Ramos por todos os momentos, todas as risadas, por acreditarem em mim e por toda troca de conhecimento que temos.

Para aqueles que se tornaram meus grandes amigos desde o primeiro dia de curso, Felipe Afonso e Isadora Camargo, agradeço por compartilharmos as risadas e enfrentarmos os momentos de desespero juntos. Aos amigos que fiz ao longo do curso Ana Carolina, Heloísa Magalhães, Laweny Souza, Lucas Sewaybrick, Lincoln Veloso e Isadora Manfio, todos os momentos com vocês são inesquecíveis.

Agradeço a Embaixadora Irene Vida Gala por ter me concedido uma entrevista para contribuir no meu trabalho de conclusão de curso e a Internacionalista Géssica Carmo por ter contribuído com todos os materiais.

Agradeço por todos aqueles que contribuíram de alguma forma e me fazem acreditar que é possível fazer a diferença. Finalmente, agradeço a mim por não ter desistido.

“Uma óbvia e simples verdade ainda não penetrou a consciência social: de que como são as mulheres, assim serão seus filhos, e como serão os filhos, assim será a sociedade!” (Anna A. Kalmánovitch; несколько слов о феминизме, Sóiúz Jénschin/ Союз женщин, São Petersburgo, n. 5, 1907.)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a questão da desigualdade de gênero e a sub-representação das mulheres no corpo diplomático brasileiro, no qual apenas 23% ocupam o corpo institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE). A partir desse contexto, analisaremos as relações entre gênero, poder e política no âmbito internacional e nacional, desde os movimentos históricos que antecedem o movimento feminista até a inserção da primeira mulher que se tornou diplomata e as reformas que contribuíram para a transformação do Itamaraty em um ambiente predominantemente masculino. Parte-se da hipótese de que a sub-representação feminina está ligada às imposições de gênero que influenciam nas dinâmicas políticas.

Palavras-chaves: Feminismo; Gênero; Mulheres; Itamaraty; Diplomacia;

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la cuestión de la desigualdad de género y la sub-representación de las mujeres en el cuerpo diplomático brasileño, en el que sólo el 23% ocupan el órgano institucional del Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE). Desde este contexto, analizaremos las relaciones entre género, poder y política a nivel internacional y nacional, desde los movimientos históricos que anteceden al movimiento feminista hasta la inserción de la primera mujer diplomática y las reformas que contribuyeron a la transformación de Itamaraty en un ambiente predominantemente masculino. Se basa en la hipótesis de que la subrepresentación femenina está vinculada a imposiciones de género que influyen en la dinámica política.

Palabras clave: Feminismo; Género; Mujeres; Itamaraty; Diplomacia.

1 SUMÁRIO

2 LISTA DE ILUSTRAÇÕES

3 LISTA DE SIGLAS

1. INTRODUÇÃO

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A TEORIA FEMINISTA

3. AS MULHERES NOS DIFERENTES PERÍODOS HISTÓRICOS

3.1. IDADE MÉDIA: O MOVIMENTO CAÇA ÀS BRUXAS

3.2. REVOLUÇÃO FRANCESA: EMANCIPAÇÃO FEMININA

3.3. AS ONDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA

3.4. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

4. MULHERES NA DIPLOMACIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

4.1 SÉCULO XIX: O DESENVOLVIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA DIPLOMACIA MODERNA NO BRASIL

4.2 REFORMAS DA DÉCADA DE 1930

4.3 REDEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICA EXTERNA

4.4 1918: MARIA JOSÉ DE CASTRO REBELLO MENDES

4.5 PÓS MARIA JOSÉ A 1970

4.6 1980 a 2010

5. O ITAMARATY SOB DILMA ROUSSEFF: A PRIMEIRA MULHER ELEITA PRESIDENTE DO BRASIL

5.1 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ITAMARATY NA ATUALIDADE

5.2 PROCESSO DE INSERÇÃO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7. REFERÊNCIAS

2 LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: **Número de anos entre a Independência de um país e a abertura de novos postos criados após 1945. Cores por região.**
Gráfico 2: Candidatos/concurso e vagas anuais (1930-1964). Espaços em branco equivalem à ausência de dados.
Gráfico 3: Candidatos/concurso e vagas anuais (1986/2013). Espaços em branco equivalem à ausência de dados.
Gráfico 4: Concorrência de candidatos por vaga por ano.
Gráfico 5: Média de dias para a contratação de um diplomata. Observação: no período de 1930 a 1938 contabilizaram-se os das carreiras de Secretaria de Estado e Consular.
Gráfico 6: Percentual de mulheres aprovadas no concurso de ingresso no período de 1988 a 2010.
Gráfico 7: Percentual de mulheres nas turmas do IRBr 2011 - 2021
Gráfico 8: Proporção de mulheres nos Quadros de Acesso e nas Promoções de 1998 a 2015.
Gráfico 9: Diplomatas por Classe e Gênero (2022).
Gráfico 10: Funções no Exterior (2022).
Gráfico 11: Chefias dos Maiores Postos (2022).
Gráfico 12: Indicações da atual gestão do Itamaraty para chefias de Embaixadas, Consulados e Missões do Brasil (2023).
Gráfico 13: Percentual de mulheres aprovadas no concurso do IRBr no período de 2011 a 2022.
Gráfico 14: Percentual de mulheres aprovadas no concurso do IRBr ao longo dos anos.

3 LISTA DE SIGLAS

ADB - Associação e Sindicato dos Diplomatas Brasileiros

AMDB - Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras

CACD - Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

CPCD - Curso de Preparação para a Carreira Diplomática

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

IRBr - Instituto Rio Branco

MRE - Ministério das Relações Exteriores

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo oferecer um panorama da participação das mulheres na diplomacia brasileira ao abordar como as concepções patriarcais contribuíram para a consolidação do Itamaraty e refletem até a atualidade na hierarquia de gênero, o que limita a atuação feminina no campo doméstico e internacional. Ademais, estabelecendo uma ligação com a Teoria Feminista das Relações Internacionais e abrangendo os debates sobre as atribuições comportamentais e a definição de responsabilidades entre o homem e a mulher em uma perspectiva histórica.

Em primeiro lugar, busca compreender a relação entre a disciplina das Relações Internacionais e a Teoria Feminista baseando-se nas obras e teorias fundamentais do tema, como Cynthia Enloe (1990), Ann Tickner (1992), Laura Sjoberg (2013), João Pontes Nogueira e Nizar Messari (2005), Christine Sylvester (1993), Jacquie True (2004), entre outras fontes documentais.

O segundo objetivo apresenta o pensamento crítico na interpretação da imagem feminina e como a dominância está associada e estabelece, consequentemente, a discriminação e a distribuição desigual do poder que deriva de uma cultura patriarcal, discorrendo desde a Idade Média até a organização dos movimentos sociais de reivindicação dos direitos das mulheres em âmbito nacional e internacional. As referências teóricas e históricas são Graziela Schneider (2015), Judith Butler (1990), Pierre Bordieu (1998), Olympe de Gouges (1748-1793), Mary Wollstonecraft (1972), Angela Davis (1989), Mirla Cisne (2015), Simone de Beauvoir (1949), Silvia Federici (2019), entre outras fontes documentais.

Por fim, o quarto e último capítulo aborda a Consolidação da Diplomacia Moderna no Brasil e a relação da participação das mulheres na carreira diplomática, como as primeiras que ocuparam o cargo público, o crescente ingresso e a ascensão na carreira. Para isso, foram utilizadas as obras de Zairo Cheibub (1985), Alessandra Carvalho Borges da Silveira (2022), Rogério de Souza Farias & Géssica Carmo (2015), entre outros.

Além disso, baseando-se em entrevistas e análises quantitativas fornecidas pelos respectivos autores, Ministério das Relações Exteriores e documentário "*Exteriores – Mulheres Brasileiras na Diplomacia*" (2018).

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A TEORIA FEMINISTA

O nascimento das Relações Internacionais enquanto disciplina científica ocorre no início do século XX, no Reino Unido e nos EUA (MENDES, 2019), no período pós-Primeira Guerra Mundial, objetivando compreender as motivações que levavam os países a entrarem em conflitos e como esses poderiam ser evitados, trazendo uma perspectiva além do militarismo e da diplomacia, quando as discussões acerca das questões internacionais e da política externa eram de exclusividade desse grupo (BARBOSA; SILVA, 2023). Com isso, em 1919 nasce a primeira cátedra de Relações Internacionais na University of Wales, em Aberystwyth, "*buscando compreender questões relacionadas à cooperação e segurança internacional*[1]" (BARBOSA; SILVA, 2023).

Embora os estudos focados na disciplina marcam as primeiras décadas do século XX, somente no fim da Segunda Guerra Mundial que as Relações Internacionais ganharam mais destaque e relevância para explicar o estabelecimento da nova Ordem Internacional que sucede a ascensão hegemônica dos Estados Unidos da América (EUA) (MENDES, 2019). Diante disso, surgem as teorias das RI como uma necessidade para compreensão do Sistema Internacional, bem como "*explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política mundial*" (NOGUEIRA; MESARI, 2005, p. 02).

Assim, os Grandes Debates apresentam um conjunto de teorias que marcaram o desenvolvimento das Relações Internacionais, sendo o Primeiro Debate ocorre entre as teorias realistas e liberais. O realismo explica os eventos para a distribuição de poder de forma "racional", enquanto o liberalismo tem proximidade com o idealismo e dá ênfase à questão econômica como ponto fundamental para a cooperação entre os Estados (PEREIRA; ROCHA, 2014). O Segundo Debate, por sua vez, ocorre entre os behavioristas e tradicionalistas, no qual os behavioristas apontam a necessidade de estudar a disciplina com apoio dos métodos das ciências exatas (NOGUEIRA; MESARI, 2005) e, em contrapartida, os

[1] Texto Original de Thaynara Santos Barbosa et al (2023) disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/feminismo-teoria-relacoes-internacionais/

tradicionalistas que se diferem da objetividade da análise quantitativa. O Terceiro Debate ocorre entre os chamados neo-realistas, neo-liberalistas e o neo-marxismo (BARBOSA; SILVA, 2023), no contexto da Guerra Fria na década de 1970, período marcado pelas mudanças significativas no sistema internacional não se tratando apenas das relações entre os Estados:

> Na área acadêmica, o surgimento de novos atores não-estatais na política internacional, como empresas multinacionais e organizações internacionais governamentais e não-governamentais, levou ao questionamento de premissas básicas do realismo. Assim, surgiram críticas à separação entre política doméstica e política internacional, bem como à divisão entre high e low politics (alta política, relativa à segurança; e baixa política, referente a temas econômicos, tecnológicos etc.), e à primazia da primeira em relação à segunda. (NOGUEIRA; MESARI, 2005, p. 07)

Além das correntes que estavam sendo discutidas até a década de 1980, o período pós-Guerra Fria abre espaço para novos debates teóricos além das questões relacionadas à segurança militar que predominavam na disciplina. Esses indicam a pluralidade entre as teorias contemporâneas que representam as teorias pós-positivistas, como construtivismo, feminismo, teoria crítica e pós-modernismo, e as teorias clássicas que representam as teorias positivistas (BARBOSA; SILVA, 2023):

> Anteriormente obscurecidos pela rivalidade entre o Oriente e o Ocidente, uma variedade de questões como o conflito étnico, a globalização económica, a democratização e os direitos humanos começaram a ocupar a agenda das RI no final da década de 1980. (TICKNER, 2002, p. 361)[2]

No início do século XX, as mulheres estavam - majoritariamente voltadas somente ao trabalho doméstico e formavam a primeira onda para as liberdades cívicas, portanto com a ausência feminina nas relações governamentais e institucionais e a não contribuição no pensamento crítico na Ciência Política -, espaços predominantemente masculinos e ainda mais restritos e inimagináveis à participação feminina, visto que não era um tema considerado atrativo ao gênero:

> A construção dessas barreiras excludentes está intimamente ligada a uma visão essencialista do gênero, ou seja, à crença de

[2] Tradução original: Previously obscured by the East–West rivalry, a variety of issues such as ethnic conflict, economic globalization, democratization and human rights began to occupy the IR agenda in the late 1980s. (TICKNER, 2002, p. 361)

> que existem comportamentos sociais próprios a cada gênero que resultariam diretamente do sexo biológico. (SOUZA; BARASUOL; ZANELLA, 2023, p. 28)

A princípio, o feminismo era designado somente como um movimento social com destaque as duas ondas dominadas pelo feminismo ocidental antes de chegar na disciplina de Relações Internacionais. Na primeira onda as mulheres lutaram pelo sufrágio universal e a inclusão no espaço político, posteriormente, introduzido no campo acadêmico durante a segunda onda na luta pela ampliação das mulheres como cidadãs de direito no campo social, incluindo a reivindicação da equidade educacional (NOGUEIRA; MESARI, 2005). Propriamente em Relações Internacionais:

> A terceira geração, que passou a abarcar feministas na disciplina de Relações Internacionais, também tem sido menos centrada no Ocidente e mais inclusiva na sua agenda. As conferências das Nações Unidas de meados da década de 1990 são reveladoras da mudança a esse respeito: tanto em Pequim quanto no Cairo, as feministas do mundo não ocidental tiveram papéis importantes no desenho institucional e nas resoluções adotadas. (NOGUEIRA; MESARI, 2005, p. 225)

O tema foi ganhando força com a promoção de cursos sobre a *História da Mulher* ou *Estudos da Mulher* lecionados nas universidades e a publicação da primeira revista acadêmica denominada *Feminist Studies*, de 1972 (BARBOSA; SILVA, 2023). Em 1979, já havia chegado em terras brasileiras o primeiro grupo sobre estudos da mulher na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (BARASUOL; ZANELLA, 2023).

Por conseguinte, foi no final do século XX que os primeiros estudos feministas apareceram (PAIVA, 2014) como método teórico para a desconstrução das teorias positivistas enquanto *mainstream*, que foram construídas e baseadas pela perspectiva e experiência do gênero masculino (TRUE, 2004). Desde o início da década de 1990, as publicações e os encontros para debater o tema de gênero nas RI têm sido crescentes, contando com grandes nomes do campo de estudo da época como Christine Sylvester (1993). Em comemoração ao aniversário de dez anos, a Millennium publicou, em 1998, a edição "*Gendering the International*". Em 1999, foi publicado a primeira revista feminista de RI, *The International Feminist Journal of Politics* (TRUE, 2004).

Mesmo com avanços dos estudos de gênero nas Relações Internacionais, o desafio para convencer que o debate tem uma finalidade na disciplina prevalece insistentemente, uma vez que há pesquisadores que ainda negam a relevância da teoria feminista afirmando que não apresenta nenhuma utilidade, mantendo o viés masculino e conservador (NOGUEIRA; MESARI, 2005). Com essa premissa, de acordo com Christine Sylvester (1994), a teoria feminista considera incluir a categoria de gênero na disciplina partindo do campo de pesquisa da epistemologia feminista empirista, cujo maior problema das teorias clássicas é a desvalorização do pensamento político feminino em razão das características comportamentais relacionadas a reprodução que foram atribuídos ao gênero (MONTE, 2013).

O pós-modernismo e o feminismo pós-moderno são distinções identificadas por Sylvester com a contribuição do pensamento pós-positivista (MONTE, 2013). O feminismo pós-moderno seria a construção da identidade feminina nas Relações Internacionais ao fazer uma ponte com o pós-modernismo, tendo o objetivo final de trazer as perspectivas e experiências feminina:

> A intenção, ao percorrer este caminho, não é apenas a de trazer para a discussão as possibilidades de pesquisa e seus desenhos específicos para um certo campo do conhecimento. É importante também compreender quais contribuições os feminismos podem trazer para uma disciplina que, se aceitarmos o diagnóstico de Ticker (1992)10, é feita por e (re)produz conhecimento por meio de homens e para homens. (VENTURA; KRITSCH, 2017, P. 32)

Uma das principais reformulações das teorias positivistas das Relações Internacionais por uma perspectiva feminista é de autoria da internacionalista J. Ann Tickner em seu artigo publicado "*Hans Morgenthau's principles of political realism: A feminist reformulation*", em 1988. Nele, Tickner destaca as funções atribuídas aos gêneros que, consequentemente, privaram as mulheres de exercerem atividades no campo diplomático ou militar, também levando em consideração as frequentes discriminações que eram enfrentadas após uma promoção elevada do cargo. O que justifica esse tratamento desigual são as características estereotipadas que foram atribuídas a cada gênero, como

razão (masculina) e emoção (feminina) (ONUKI; ALBUQUERQUE; MURTA, 2018).

O conceito da teoria realista, de acordo com Hans Morgenthau, está essencialmente ligado à conquista de poder através da dominação do homem sobre o outro. Sendo assim, a disputa pelo poder sempre esteve ao redor do homem, excluindo a relevância política feminina:

> A estratégia nuclear, com o seu vocabulário de poder, ameaça, força e dissuasão, tem um tom distintamente masculino; Além disso, as mulheres são estereotipadamente consideradas desprovidas das qualidades que estes termos evocam. Também foi sugerido que, embora cada vez mais mulheres estejam a entrar no mundo das políticas públicas, elas sentem-se mais confortáveis em lidar com questões domésticas, como o bem-estar social, que são mais compatíveis com as suas competências de criação. (TICKNER, 1988, p. 54)[3]

Segundo Tickner (2002), a exclusão feminina está ligada aos estereótipos comportamentais e funcionais definidos ao gênero, como a sensibilidade e a domesticidade. De acordo com essas características, as mulheres não atendem aos quesitos necessários para lidar com as questões relacionadas ao poder, segurança e soberania que englobam o cenário internacional, pois é considerado um gênero vulnerável. Ao contrário do gênero masculino, que está associado a dominação e agressividade, características que são valorizadas quando conduzidas no cenário internacional em nome da defesa do patriotismo. De certa forma, a cultura patriarcal moldou o homem como sujeito para manter as relações de poder e domínio sobre aquele que não se encaixa no padrão considerado normativo de gênero, definindo a função entre o masculino e o feminino de acordo com o sexo biológico:

> As diferenças de gênero socialmente construídas baseiam-se em relações desiguais e socialmente sancionadas entre homens e mulheres que reforçam a conformidade com a superioridade declarada dos homens. Em nenhum lugar do domínio público estas imagens estereotipadas de gênero são mais aparentes do que no domínio da política internacional, onde as características

[3] Tradução original: Nuclear strategy, with its vocabulary of power, threat, force, and deterrence, has a distinctly masculine ring; 4 moreover, women are stereotypically judged to be lacking in qualities which these terms evoke. It has also been suggested that, although more women are entering the world of public policy, they are more comfortable dealing with domestic issues such as social welfare that are more compatible with their nurturing skills. (TICKNER, 1988, p. 54)

> associadas à masculinidade hegemônica são projetadas no comportamento de Estados cujo sucesso como atores internacionais é medido em termos das suas capacidades de poder e capacidade de autoajuda e autonomia. (TICKNER, 1992, p. 9)[4]

O militarismo pode ser considerado um meio que o homem encontrou de desempenhar os comportamentos de masculinidade com a finalidade de sustentar a narrativa de heróis da pátria (SJOBERG, 2010). Nesse contexto, a existência de uma hierarquia de poder entre diferentes masculinidades e feminilidades indicou um típico-ideal de masculinidade chamado de "masculinidade hegemônica" pelas acadêmicas feministas, que se refere ao conjunto de características comportamentais masculinas que são valorizadas e tornaram-se dominantes nas instituições para manter o equilíbrio social e a política patriarcal (SJOBERG, 2010). Esse perfil dominador na Segurança Internacional não está somente representado pela imagem do homem em posição de liderança política ou militar, mas também é valorizado quando esse papel é desempenhado por mulheres (SJOBERG, 2010):

> As masculinidades hegemônicas promovem ao mesmo tempo uma organização particular da ordem política e reforçam relações desiguais entre homens e mulheres, a fim de promover a legitimação da autoridade masculina (Tickner 1992, 6). [...] Os valores associados à masculinidade são valorizados apenas na medida em que são superiores aos valores associados à feminilidade (Hooper 2001, 43). A reivindicação de masculinidade de um homem (ou de qualquer pessoa), portanto, é uma reivindicação posicional em oposição a um outro feminino que a sociedade construiu para ser o menor dos dois binários. (SJOBERG, 2010, p. 43)[5]

As críticas epistemológicas do Terceiro Debate permitiram às acadêmicas feministas das RI uma análise e entendimento mais amplo da

[4] Tradução original: Socially constructed gender differences are based on socially sanctioned, unequal relationships between men and women that reinforce compliance with men's stated superiority. Nowhere in the public realm are these stereotypical gender images more apparent than in the realm of international politics, where the characteristics associated with hegemonic masculinity are projected onto the behavior of states whose success as international actors is measured in terms of their power capabilities and capacity for self-help and autonomy. (TICKNER, 1992, p. 9)

[5] Tradução original: Hegemonic masculinities at once promote a particular organization of the political order and reinforce unequal relationships between men and women in order to promote the legitimation of masculine authority (Tickner 1992, 6). [...] Values associated with masculinity are prized only insomuch as they are superior to values associated with femininity (Hooper 2001, 43). A man's (or anyone's) claim to masculinity, therefore, is a positional claim in opposition to a feminine other that society has constructed to be the lesser of the two binaries. (SJOBERG, 2010, p. 43)

política internacional, baseando-se em investigações filosóficas e nas relações sociais, isto é, fora da metodologia tradicional hermenêutica, de base histórica e humanística, que são feitos com base no estudo da relação entre os Estados (TICKNER, 2002). A partir do estudo das hierarquias de gênero socialmente construídas, as abordagens feministas buscam compreender as diferentes formas que colocam o indivíduo em situação de subordinação ao longo do tempo e a forma como afeta a política internacional:

> Fazendo perguntas diferentes das RI convencionais e motivadas por diferentes preocupações normativas, as feministas muitas vezes empregam análises de baixo para cima que começam no nível micro e tentam compreender como os indivíduos, inseridos nas relações sociais, impactam e são impactados pela política internacional no mais alto nível. (TICKNER, 2002, p. 363)[6]

Ao compreender a abordagem feminista nas RI pela perspectiva que busca analisar as questões políticas e internacionais sob a lente das relações de gênero, bem como tornar uma disciplina mais inclusiva e reconhecer a contribuição das mulheres para a política internacional, analisaremos as vertentes acerca do pensamento feminista, logo, Jacquie True (2004) separa em três abordagens para analisar as variáveis contribuições: Feminismo Empírico, Feminismo Analítico e o Feminismo Normativo.

O Feminismo Empírico está relacionado à ausência da participação e representatividade das mulheres nas Relações Internacionais, no qual indica que as experiências femininas são excluídas dos estudos da disciplina, predominando uma única visão masculina para explicar a política internacional (TRUE, 2004). Seguindo a mesma linha de raciocínio que Cynthia Enloe (1989), True reafirma que "*as mulheres são e sempre fizeram parte das relações internacionais*" (TRUE, 2004, p. 4) saindo do foco de conflito e anarquia, argumentando que a reprodução da violência na política doméstica refletidas na pobreza, meio ambiente e desigualdade

[6] Tradução original: Asking different questions from conventional IR and motivated by different normative concerns, feminists often employ bottom-up analyses which start at the micro-level and attempt to understand how individuals, embedded in social relations, impact and are impacted by international politics at the highest level. (TICKNER, 2002, p. 363)

sociopolítica que são vivenciadas pelas mulheres também são relevantes para formulação de estratégias (ENLOE, 1989; TRUE, 2004).

O Feminismo Analítico refere-se às assimetrias de tratamento atribuídos ao gênero relacionando com o conceito pós-modernista, no qual tanto o sexo quanto o gênero são socialmente construídos (BUTLER, 1990). Com isso, True (2004) reforça as abordagens da masculinidade hegemônica com noções de poder, autonomia e anarquia, características inseparáveis na divisão de gênero, tendo em vista que estão associadas à dominância masculina.

De acordo com as feministas acadêmicas, o Estado é o principal ator na formalização da divisão dos gêneros ao destacar como cada nível de análise é influenciado pela construção da imagem racional masculina. Assim como Kenneth Waltz, que frequentemente utilizou a analogia entre o homem e o Estado para explicar as relações conflituosas do sistema anárquico através da concepção de que o homem é mau por natureza (TRUE, 2005). A internacionalista e feminista Christine Sylvester complementa pensamento afirmando que a racionalidade é equiparada ao comportamento dos homens e o Estado carrega uma identidade masculina (TRUE, 2005).

Por último, o Feminismo Normativo trabalha na transformação da teorização do feminismo na disciplina enquanto agenda normativa em uma mudança global. As feministas acadêmicas têm influência das ativistas do ativismo social das mulheres do Terceiro Mundo para obterem apoio nas discussões que dizem respeito aos direitos humanos, ética internacional e humanização (TRUE, 2005).

Em linhas gerais, neste capítulo foi discutido quanto às perspectivas femininas/feministas foram negligenciadas nas Relações Internacionais, uma disciplina que por muito tempo foi restrita a alta e baixa política sem espaço para debater as relações de gênero. As primeiras abordagens feministas tiveram como princípio identificar como as mulheres estavam inseridas na disciplina de acordo com a ordem social estabelecida (PAIVA, 2014), abordando as questões que implicam na subordinação e assimetria

de poder social e econômica entre os gêneros (TICKNER, 1999), bem como uma política "*dedicated to eradicating the problems that women experience because of their sex*" (SJOBERG & VIA; 2010, p. 9):

> Sandra Whitworth (1994: 2) afirmou que a teoria feminista contemporânea tem as suas raízes em movimentos sociais dirigidos à transformação das relações de poder desiguais entre mulheres e homens. Portanto, um objetivo fundamental da teoria feminista é compreender como surgiu a ordem social existente, que muitas feministas acreditam ser marcada pela discriminação e pela opressão, e como este conhecimento pode ser usado para trabalhar no sentido da sua transformação. (TICKNER, 1999, p. 363) [7]

O debate da teoria feminista nas Relações Internacionais é muito mais amplo, existindo ainda subdivisões com o marxismo, construtivismo, teoria crítica, entre outros, mas aqui abordamos aqueles que serão refletidos nos capítulos seguintes para compreendermos o cenário diplomático em que as mulheres estão inseridas, assim como a sua representatividade e os desafios que são enfrentados em perspectiva histórica.

Não significa que todos os objetivos foram alcançados, e sim, prevalece o questionamento "*onde estão as mulheres nas relações internacionais?*" (ENLOE, 2000).

[7] Tradução original: Sandra Whitworth (1994: 2) has claimed that contemporary feminist theory has its roots in social movements directed at transforming the unequal power relationships between women and men. Therefore, a key goal for feminist theory is to understand how the existing social order, one many feminists believe is marked by discrimination and oppression, came into being and how this knowledge can be used to work toward its transformation. (TICKNER, 1999, p. 363)

3. AS MULHERES NOS DIFERENTES PERÍODOS HISTÓRICOS

Analisaremos as diferentes concepções sobre o papel das mulheres na sociedade em diferentes períodos da história, evidenciando a desigualdade de gênero com a determinação de trabalhos distintos entre o homem e a mulher e os impeditivos para que não ocupassem o mesmo espaço, até a origem dos movimentos sociais na busca por direitos políticos e sociais.

3.1. IDADE MÉDIA: O MOVIMENTO CAÇA ÀS BRUXAS

Historicamente, a construção idealizada da mulher é muito antiga e ganhou mais força a partir do século XV (Gevehr; Souza, 2014), período marcado na Europa pela autoridade e a influência política da Igreja Católica com a doutrina teocêntrica (Deus como centro do universo), sendo questionado pela doutrina posterior com o fortalecimento do antropocentrismo (homem como centro do universo).

O cristianismo justificava o controle sobre o corpo e a percepção de inferioridade do ser feminino através das escrituras sagradas, destacando Gênesis com o mito da *Eva* quando *Deus* a criou a partir da costela de *Adão*, o que representaria a submissão da mulher perante o homem e o pecado que deveria ser evitado, uma vez que foi seduzida pelo *Diabo* ao comer o fruto proibido e assim tornou o homem um ser moral (Gevehr; Souza, 2014).

Todavia, baseado em uma cultura patriarcal e fundamentados pelas características biológicas, "*o ser feminino deveria gerar e amamentar, enquanto o ser masculino deveria se responsabilizar por prover o sustento e ter a autoridade na sociedade conjugal"* (Gevehr; Souza, 2014, p. 114).

No século XV, existiam os Tribunais de Inquisição instaurados pelo Cristianismo - através da Igreja Católica - como novo molde colonial com a finalidade de perseguir, julgar e punir aqueles considerados uma ameaça ao Estado, especialmente com o crescimento da doutrina antropocentrista, para manter o poder estabelecido. Nessa mesma época foi iniciado o

chamado *caça às bruxas*, movimento caracterizado pela perseguição social, política e religiosa contra as mulheres que supostamente estavam envolvidas com práticas mágicas, tendo o seu fim somente no século XVIII. Inclusive, na América Latina:

> Foi-nos omitida a resistência das mulheres à invasão europeia nos territórios latino-americanos, à colonização, aos cercamentos de terras, à imposição da família nuclear, à apropriação e à destruição de seu corpo e seus saberes. Não tínhamos detalhes de como haviam sido acusadas de bruxas as parteiras, as que organizaram protestos contra o preço dos grãos, as que conheciam a cura pelas ervas, as que não aceitavam a escravização ou o intenso processo de pauperização, as que continuavam a exercer sua sexualidade como bem entendessem. Milhares de mulheres, centenas de milhares, foram torturadas, presas ou queimadas em praça pública. (Santana, 2021, p. 25)

Entende-se que *"a oposição do movimento de libertação das mulheres descreve como uma luta direcionada contra os homens"* (LÁRKINA, 2017, p. 18), o que é irônico e oculta todos os séculos em que o ser feminino sofreu discriminação sendo descrito como inferior para instituir como símbolo dominante o ser masculino, refletindo até na criação de manuais de práticas misóginas para perseguir as mulheres que eram vítimas de conspirações (CAMBRAIA, 2021), como *O Martelo das Feiticeiras* (1487), escrito pelos inquisidores Heinrich Kramer e Jacob Sprenger:

> [...] Vemos que bruxas eram as parteiras, as enfermeiras e as assistentes. Conheciam e entendiam sobre o emprego de plantas medicinais para curar enfermidades e epidemias nas comunidades em que viviam e, consequentemente, eram portadoras de um elevado poder social. Estas mulheres eram, muitas vezes, a única possibilidade de atendimento médico para mulheres e pessoas pobres. Elas foram por um longo período médicas sem título. Aprendiam o ofício umas com as outras e passavam esse conhecimento para suas filhas, vizinhas e amigas. (ANGELIN, 2016)[8]

A personificação demonizada da feminilidade sempre esteve culturalmente presente na literatura, na arte e nas canções, sendo os autores medievais e a Igreja Católica fundamentais para a sua construção. As mulheres como a *Medusa*, *Eva*, *Circe* e a *Pandora* são alguns exemplos de figuras maquiavélicas associadas à destruição do homem (CAMBRAIA,

[8] Texto original de Rosângela Angelin (2016) disponível em: https://catarinas.info/a-caca-as-bruxas-uma-interpretacao-feminista/

2021). Essa distinção da perspectiva da moralidade entre a figura masculina e a figura feminina para o homem é centralizada como uma manifestação de domínio, controle e posse mediante as limitações e as proibições do sujeito feminista condicionado àquela estrutura política (BOURDIEU, 1998; BUTLER, 1990).

O estudo enquanto fenômeno histórico dos aspectos político e social que impulsionaram a *caça às bruxas* na Idade Média, implica compreender os efeitos que influenciaram para a formação do poder hierárquico de gênero, que ainda reflete na atualidade como predominantemente masculino e estabelece, consequentemente, a discriminação e a distribuição desigual do poder que deriva de uma cultura patriarcal.

3.2. REVOLUÇÃO FRANCESA: EMANCIPAÇÃO FEMININA

A Revolução Francesa, em 1789, marca a origem do feminismo com a influência dos ideais liberais do iluminismo que carregavam o lema de "*igualdade, liberdade e fraternidade*", impulsionando o interesse das mulheres em partilhar os valores do movimento e reivindicar pelos direitos de liberdade e igualdade, questionando o papel de inferioridade em que eram colocadas, estando sujeitas apenas à domesticidade (MULHERES DE LUTA, 2022).

O movimento do pensamento iluminista se iniciou com a classe burguesa na Europa entre o século XVII e XVIII objetivando gerar mudanças sociais, políticas e econômicas, ou seja, contrariavam o poder absolutista da época pregando pelas liberdades individuais com a disseminação do conhecimento e a racionalidade do homem. No entanto, após a Revolução Francesa deu-se origem a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), concedendo os ideais liberais de liberdade e propriedade - sendo um dos seus principais influentes o filósofo inglês John Locke e Jean-Jacques Rousseau - defendidos somente ao ser masculino:

> Artigo 1º- Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.

> Artigo 2º- O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses Direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.
>
> Artigo 11º- A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do Homem; todo o cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na Lei. (UFSM, 2018, p. 1)

Nesse contexto, é importante mencionar a escritora, abolicionista e sufragista francesa, Olympe de Gouges (1748-1793), quem publicou um texto-manifesto em resposta ao documento, a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791), destacando que o homem não tem o poder de oprimir e privar as mulheres da sua liberdade e dos seus direitos, o que causou revolta aos líderes da revolução, Marat e Robespierre, culminando a sua morte na guilhotina:

> Embora os motivos de sua execução se devam à proposta em panfleto de uma monarquia moderada, a justificativa do seu denunciador, o promotor Chaummete, foi a de que deveria ser condenada por ter esquecido as virtudes do seu sexo, o que demonstra que a igualdade, lema da Revolução, não era tão universal quanto se promulgava. (ROCHA; ALVES DE SOUZA; PEREIRA SILVA; GARBO; PETEFFI, 2020, p. 02)

Alguns dos autores que inspiraram o iluminismo são lembrados por reforçar o conceito de igualdade entre todos os homens para estabelecer uma *"sociedade boa"* abordando uma falsa universalidade, porém também contribuíram para moldar e definir o papel entre o homem e a mulher, como por exemplo o filósofo genebrino Jean Jacques Rousseau, afirmando que os deveres para cada sexo não podem ser os mesmos porque essa distinção social origina-se da natureza e da razão (SOUZA, 2014). Dessa maneira, argumenta que a educação não poderia ser igual para ambos os sexos e a mulher deveria seguir os princípios de maternidade e a vida doméstica, como forma de impedi-la de atuar no mesmo espaço político e de poder que o homem.

A inglesa Mary Wollstonecraft, que também foi uma das principais pensadoras e ativistas do direito das mulheres da época, denuncia em seu texto, *"As reivindicações dos direitos das mulheres"* (1792), que as distinções entre os sexos são construções sociais e, através da educação desigual, fortalece o pensamento de inferioridade da mulher. Além disso,

contra-argumenta o pensamento rousseauniana da mulher idealizada que deveria viver para agradar e fazer as vontades do homem:

> Rousseau declara que a mulher nunca deveria, por nenhum momento, sentir-se independente, mas que deveria ser governada pelo medo de exercer sua astúcia natural e fazer dela uma escrava a fim de torná-la um objeto de desejo mais atraente, uma companheira mais doce para o homem, sempre que ele decidir relaxar-se. (WOLLSTONECRAFT, 1996, p.25)

Apesar dos discursos realizados pelas ativistas não resultarem em mudanças estruturais e o reconhecimento de igualdade, em primeiro momento foi primordial para a ascensão do feminismo, bem como a reflexão do seu papel na sociedade enquanto corpo político e os primeiros passos para as mobilizações e as conquistas de reivindicação dos mesmos direitos concedidos aos homens que veem acontecer no século seguinte.

3.3. AS ONDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA

A denominação de *"onda do feminismo"* é a organização das mulheres que buscam a reivindicação dos direitos de acordo com a pauta de cada momento histórico, sendo publicado como tal pela primeira vez por Martha Weinman Lear no jornal estadunidense *New York Times*, em 1968, quando se referia a primeira onda a distinguindo das pautas anteriores com a formação do segundo movimento feminista.

O movimento feminista divide-se em três ondas, iniciando o primeiro a partir da segunda metade do século XIX na Europa e nos Estado Unidos. A princípio, esse movimento ocorreu na Inglaterra e ficou conhecido como as *suffragettes* - *suffrage* significa o direito de votar - em razão da popularização da campanha de *"Votes for Women"* nas manifestações que exigiam o direito ao voto das mulheres, a participação política e mudanças na legislação do casamento, sendo o terceiro devido a submissão sexual imposta pela sociedade no qual a mulher estaria a disposição do homem a todo momento, "*criando uma concepção de casamento como uma forma de prostituição legal, ou de escravidão sexual*" (ANDRADE DA SILVA; MOURA DO CARMO; ROSSINI RAMOS, 2021, p. 107).

A primeira onda caracteriza-se pela mobilização e participação das mulheres de classe média que queriam ser representadas pelo conceito de igualdade, liberdade e fraternidade, predominando os ideais liberais e universais da Revolução Francesa. Segundo a autora Mirla Cisne (2015), o movimento feminista é fundamentalmente divido em três correntes: feminismo radical, socialista e liberal:

> O feminismo liberal consiste nos movimentos voltados à promoção dos valores individuais, busca reduzir as desigualdades entre homens e mulheres por meio das políticas de ação positiva, e, por isso, podemos falar de um "feminismo reformista". (CISNE, 2015, p. 106)

Em contrapartida, as transformações econômicas e sociais da Revolução Industrial - início no século XVIII - com a substituição gradativa da produção artesanal de produtos manufaturados pela produção industrial (RODRIGUES; MILANI; CASTRO; CELESTE FILHO, 2015), a utilização de máquinas para aumentar a produção e baratear o seu custo, resultaram na retirada das pessoas dos campos para a inserção industrial, inclusive as mulheres e as crianças, que apresentavam vantagens como mão-de-obra de baixo custo:

> Thompson (1987, p. 170), ao analisar o operariado inglês no início da década de 1830, afirma que: "[...] a força de trabalho adulto nas indústrias têxteis do Reino Unido atingia 191.671 pessoas, das quais 102.812 eram mulheres e apenas 88.859, eram homens". Hobsbawm (2000) constata que em 1838, do total de operários empregados nas fábricas de tecidos na Inglaterra 23% eram homens e 77% eram mulheres e crianças. (RODRIGUES; MILANI; CASTRO; CELESTE FILHO, 2015, p. 4)

O sistema econômico - o capitalismo - estabelecido na sociedade pautava do regime político democrático de igualdade, porém que beneficiava unicamente a classe burguesa. Além do trabalho doméstico, devido às diferenças salariais desiguais entre os sexos, as mulheres passaram a ser exploradas e colocadas em posições precárias nas indústrias para a geração de lucros. Dessa maneira, o interesse das mulheres operárias não eram os mesmos das mulheres brancas de classe média, as "*mulheres querem pão, não voto"* (DAVIS, 1989, p. 06). Entendiam que o direito ao voto não eliminaria todos os problemas da discriminação de gênero, mas seria o primeiro passo para a luta por valorização e melhores condições de trabalho:

> O movimento de mulheres do século XIX também era contaminado pelo preconceito de classe. [...] Susan B. Anthony indagava o motivo pelo qual essas mulheres pareciam muito mais preocupadas em melhorar sua situação econômica do que em conquistar o direito ao voto. Por mais essencial que a igualdade política fosse para a campanha mais ampla pelos direitos das mulheres, aos olhos das trabalhadoras afro-americanas e brancas isso não era sinônimo de emancipação. (DAVIS, 1989, p. 16)

Com isso, consideramos que, de acordo com o contexto histórico, as mulheres não se limitavam ao espaço doméstico e não temiam a ordem burguesa estabelecida, criando uma aproximação com a luta socialista (CISNE, 2015). A autora norte-americana, revolucionária marxista e feminista Angela Davis (1989), traz a importância das mulheres afro-americanas para o movimento com a luta das questões ligadas ao cenário político-social pautando no desenvolvimento progressista, bem como dando sentido ao "*Lifting as we climb*", lema escolhido na criação da associação National Association of Colored Women's Club, em 1896.

O direito ao voto pelas mulheres foi conquistado em 1917 no Reino Unido, período em que ocorreram mudanças estruturais com a queda do Império Russo e a tomada de poder pelos bolcheviques socialistas. A Revolução Russa teve a figura feminina como papel crucial desde o século XIX, quando se organizaram para "*estabelecer instituições como os cursos superiores para mulheres*" (SCHNEIDER, 2017, p. 12), mas foi destaque em 8 de março com a marcha das mulheres, organizado pela associação Líga Ravnoprávia Jênschin [Liga da Igualdade de Direitos das Mulheres]:

> Considera-se que esse protesto tenha sido o estopim das Revoluções Russas de Fevereiro e Outubro, quando milhares de operárias têxteis iniciaram uma greve geral e se manifestaram contra a fome, o czarismo e o governo provisório, que não havia incluído o sufrágio feminino em sua agenda. (SCHNEIDER, 2017, p. 13)

A segunda onda ocorreu no período pós-guerra em 1960 nos Estados Unidos, terminando no início da década de 80. Enquanto eram conquistados os direitos de igualdade perante o homem no movimento anterior, adiante as mulheres almejavam ampliar por um conjunto de questões ligadas à sexualidade, direitos reprodutivos, violência doméstica, oportunidades e remuneração do trabalho e acesso à educação.

Nesse período, a autora, filósofa e feminista francesa, Simone de Beauvoir, ganhou notoriedade quando escreveu "*não se nasce mulher, tornar-se*", publicado em seu livro "*O Segundo Sexo*", em 1949, por tratar-se da distinção do sexo, entendido como característica biológica, e do gênero, como uma construção social para imposição de obrigatoriedades de acordo com o sexo. Diante disso, o gênero masculino se refere a todas as características em que a sociedade associa ao "ser homem", assim como quando o gênero feminino associa ao "ser mulher". Portanto, o gênero não é um biológico-natural, mas uma construção social da sociedade para determinar os padrões e comportamentos:

> O privilégio que o homem tem, e que se faz sentir desde sua infância, está em que sua vocação de ser humano não contraria seu destino de macho. Da assimilação do falo e da transcendência, resulta que seus êxitos sociais ou espirituais lhe dão um prestígio viril. Ele não se divide. Ao passo que à mulher, para que realize sua feminilidade, pede-se que se faça objeto e presa, isto é, que renuncie a suas reivindicações de sujeito soberano. (BEAUVOIR, 1949, p. 506)

A segunda onda foi denominada como o movimento do feminismo radical, caracterizando-se no questionamento do modelo patriarcal como sistema de opressão das mulheres a partir do que é chamado de *sexismo biológico*, por Beauvoir. Dessa maneira, "*o problema reside na afirmação de que por ter úteros e ovários a mulher seria inferior – em sentido político, moral ou mesmo intelectual – em relação ao homem*" (RIBEIRO, 2015, p. 16), o que se compreende que a mulher deveria estar sempre atrelada, especialmente, ao fator de reprodução.

O segundo movimento ficou conhecido especialmente pela suposta "*queima de sutiãs*" na manifestação organizada pelo grupo Radical Women of New York, datada no dia do concurso de beleza *Miss America*, em 1968. No espaço ocupado pelas mulheres havia diversas lixeiras para que pudessem descartar acessórios ou objetos que representavam a idealização feminina para simbolizar a Libertação das Mulheres.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional da Mulher e convocou a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na cidade do México, fortalecendo a importância da luta

feminista por igualdade de gênero, buscando estender a visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos (BUTLER, 1990).

A terceira onda surge na década de 90 trazendo a diversidade no movimento feminista ao englobar e impulsionar o feminismo negro, o lesbianismo e a transexualidade. Inicia-se um processo de desconstrução do movimento trazendo a perspectiva coletiva ao incluir outras minorias de todas as classes e raça vítimas da mesma opressão originada de uma cultura patriarcal (BASTOS DE SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020).

A autora e feminista norte-americana Rebecca Walker, é uma das principais representantes do movimento da época quando publicou, em 1992, o artigo "*Becoming the Third Wave*" enfatizando que a luta pela reivindicação dos direitos das mulheres estava longe de acabar e esse seria apenas o começo:

> "Escrevo isto como um apelo a todas as mulheres, especialmente às mulheres da minha geração: deixem que a confirmação de Thomas sirva para vos lembrar, como fez comigo, que a luta está longe de terminar. Transforme essa indignação em poder político." (GILLEY, 2005, p. 189)[9]

O que predomina na visão da terceira onda são as conquistas decorrentes da formação organizada das ondas anteriores que permitiu que as mulheres fizessem hoje quaisquer escolhas que elas querem, escolhas que elas não tinham liberdade de fazer no passado (GILLEY, 2005).

Outra escritora, filósofa e ativista feminista norte-americana, Judith Butler, com a publicação do livro Problemas de Gênero, em 1990, - destacando que as estruturas jurídicas se baseiam pela matriz heterossexual. A exclusão das mulheres no discurso de um "*patriarcado universal e o seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero*", uma vez que as minorias são oprimidas de diferentes maneiras e por isso a necessidade da interseccionalidade de gênero, raça e classe:

> [...] O discurso universal é excludente; excludente porque as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, seria necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levar

[9] "I write this as a plea to all women, especially the women of my generation: Let Thomas' confirmation serve to remind you, as it did me, that the fight is far from over. Turn that outrage into political power." (GILLEY, 2005, p. 189)

> em conta as especificidades das mulheres. Por exemplo, trabalhar fora sem a autorização do marido, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras/pobres, assim como a universalização da categoria mulheres tendo em vista a representação política, foi feita tendo como base a mulher branca, de classe média. Além disso, propõe,como era feito até então, a desconstrução das teorias feministas e representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, masculino/feminino. (RIBEIRO, 2015, p. 15)

3.4. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

No Brasil, o feminismo originou-se com a escritora rio-grandense do norte, Nísia Floresta, no século XIX, - "*autora de títulos sobre a mulher, professora e fundadora de colégio para meninas*" - (DUARTE, 2010, p. 11). Os seus textos eram publicados pelo jornal de Recife "*O Espelho das Brasileiras*" que pautavam questões sobre abolição, direitos indígenas e sufrágio, porém o que gerou mais repercussão foi o seu primeiro livro "*Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*" (1832), sendo considerada a primeira brasileira a publicar um livro e falar abertamente sobre os direitos das mulheres inspirado na obra "*Vindications of the Rights of Women*" (1792), de Mary Wollstonecraft, uma das pensadoras do feminismo na Inglaterra (CUNHA, 2019).

Nesse período, as mulheres brasileiras - donas de casa - estavam passando pelo processo de alfabetização, adquirindo o costume da leitura como passatempo ao seu dia a dia além das suas "obrigações" com o trabalho doméstico. Ao perceber essa mudança no comportamento feminino, a imprensa focava em criar conteúdo voltados para esse público, e a Nísia Floresta era uma das principais escritoras da época que "em *30 publicações o periódico expunha as condições precárias das mulheres, e defendia a instrução moral e cívica das mesmas*" (CUNHA, 2019, p. 1), responsável por plantar uma sementinha para as leitoras refletirem do papel atribuído à figura feminina na sociedade.

No final do século XIX, as mulheres brasileiras ocupavam ainda mais a mão-de-obra empregada na indústria têxtil em situações de trabalho precarizadas, sendo incentivadas pelos ideais socialistas e anarquistas do movimento feminista europeu, as mulheres se organizavam pelas lutas

sindicais em defesa de melhores condições de trabalho, "*além do combate às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero*" (COSTA, 2005, p. 12).

Em 1917, ocorreu o movimento organizado pelas operárias têxteis, Teresa Carini e Tereza Fabri, na cidade de São Paulo, exigindo a reivindicação da jornada de trabalho para 8 horas por dia (SCHUMAHER et al ,2015). O movimento é semelhante à greve das operárias têxteis da Fábrica Cotton, que ocorreu em Nova York, em 1857:

> Na ocasião, as forças policiais atearam fogo à fábrica para reprimir aquelas que insistiam na greve, quando então morreram 129 mulheres queimadas. Elas reivindicavam a redução da jornada de trabalho para dez horas diárias e o direito à licença maternidade. No II Congresso das Mulheres socialistas, realizado em Copenhague (Dinamarca), a comunista alemã Clara Zetkin propõe que se consagre o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, numa homenagem àquelas operárias. (TELES, 1993, p. 96)

A jornalista, escritora e ativista dos direitos humanos Maria Amélia de Almeida Teles, descreve em seu livro, "Uma Breve História do Movimento Feminista no Brasil" (1993), o feriado do Dia Internacional do Trabalhador determinado no dia 1 de maio em decorrência da greve dos operários que ocorreu em Chicado, em 1886, reivindicando também pela redução da jornada de trabalho e que, consequentemente, líderes foram mortos em praça pública. A diferença é que os países que aderiram ao feriado em solidariedade aos homens, não aderiram ao Dia Internacional da Mulher em solidariedade às operárias que foram mortas em Nova York, "*o que por si só indica o quanto tem sido tortuoso o caminho em defesa da libertação da mulher*" (TELES, 1993, p. 97).

A pauta da primeira onda do movimento feminista no Brasil era acerca da participação política das mulheres, também surgindo a partir da organização das *suffragettes brasileiras* no século XX tendo como motivação a conquista das mulheres dos outros países, lideradas pela bióloga Bertha Lutz. A cientista foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como principal objetivo pressionar o parlamento para a conquista do direito ao voto (PINTO, 2009):

> [...] Em 1927, foi levado um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2009, p. 2)

As mulheres conquistaram o voto junto com a redução da jornada de trabalho e o direito a licença a maternidade com a reforma da legislação eleitoral no Governo Getúlio Vargas, em 1932, sendo inserido no corpo do texto do Código Eleitoral Provisório (Decreto 21076), ou seja, somente 22 anos depois do primeiro movimento feminista no Brasil.

O movimento caracteriza-se pelos ideais liberais, uma vez que a Bertha Lutz havia se inspirado no movimento *suffragettes* da Europa no século XIX e as reivindicações "*representavam as mulheres da elite brasileira em que a maioria tinha estudado no exterior*" (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 10). Embora a maioria representasse a classe média e alta, também contou com a participação de organizações de mulheres de cunho anarquista:

> No Brasil, merece destaque a criação do Partido Republicano Feminista, pela baiana Leolinda Daltro, com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio, e a Associação Feminista, de cunho anarquista, com forte influência nas greves operárias de 1918 em São Paulo. As duas organizações foram muito ativas e chegaram a mobilizar um número significativo de mulheres. (COSTA, 2005, p. 12)

A partir da década de 1960 a 1985, o feminismo perdeu muita força, pois o Brasil foi marcado pelo período ditatorial o que vinha à tona a supressão dos direitos constitucionais, estabelecendo a censura, restrições e perseguições políticas àqueles que eram considerados uma ameaça ao regime (COSTA, 2005). As mulheres de classe média e alta desempenharam papel primordial no fortalecimento de apoio ao golpe militar com articulação de organizações da ala conservadora:

> No Brasil, merece registro o movimento articulador das "Marchas com Deus, pela pátria e pela família", que mobilizou grande número de mulheres em 1964 e 1968 (SIMÕES, 1985). Como em outros lugares, as mulheres foram utilizadas como "massa de manobra", uma tática da qual se apropriam tanto a esquerda como a direita. (COSTA, 2005, p. 13)

Esse cenário resultou no aumento da desigualdade política, econômica e social na sociedade brasileira, incentivando a organização de

diferentes grupos de lutas sociais de resistência, inclusive o feminismo, - reconhecidos como uma política perigosa - que contestavam a Ditadura Militar na década de 1970 (PINTO, 2010). Em 1975, foi declarado o Ano Internacional da Mulher nos próximos dez anos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na I Conferência Internacional da Mulher, no México. Ao mesmo tempo, no Brasil ocorria o encontro de uma semana de debates - patrocinado pelo Centro de Informações da ONU - intitulado "*O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira*" (PINTO, 2005).

Com a redemocratização em 1980, o feminismo ganha ainda mais força na luta pelos direitos das mulheres ao retomar os estudos políticos que antes eram considerados secundários e pessoais (PINTO, 2005). O evento que ocorreu um ano antes, em 1979, representou essa fortificação feminina no I Congresso da Mulher Paulista, causando grande impacto na opinião pública ao ver presente a emancipação feminina no Brasil, prolongando para o II e o III Congresso nos anos seguintes. Segundo Teles (1993), o primeiro é o melhor congresso, uma vez que contou com a participação de mulheres de diversas associações e entidades, desde a cooperação para a sua estruturação com o intuito de disseminar o feminismo para outros meios, além do ambiente intelectual, e debaterem os temas de acordo com o cenário atual.

Em 1985, houve uma das maiores conquistas do feminismo no Brasil com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), tendo como objetivo de promover políticas contra a discriminação da mulher, além de assegurar a sua contribuição com atuação nas atividades políticas, econômicas e culturais do Estado:

> [...] promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo. O CNDM perdeu completamente a importância com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente. (PINTO, 2005, p. 17)

O movimento feminista, enquanto movimento social, reconhece a necessidade de manter uma aliança com o Estado pela sua influência, assim, transformar a mulher como ser político na sociedade através da formulação de leis, políticas sociais e econômicas, entre outros, de acordo com os interesses femininos para garantir a equidade de gênero (COSTA, 2005).

Desde a Primeira República, em 1889, o Brasil teve somente uma presidente, Dilma Rousseff, e apenas 16 governadoras mulheres, sendo oito eleitas para o cargo. Segundo a União Interparlamentar (2021), - baseando-se nos dados das eleições federais entre 1997 e 2018 - entre 192 países, o Brasil se encontra na 142° colocação do ranking de participação de mulheres na política nacional. Além disso, apontam que as mulheres brasileiras ocupam 15% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 12,4% no Senado Federal. Os números são assustadores e apresentam a baixa representatividade feminina num país onde a população é composta por 51,1% das mulheres.

O feminismo desempenha um papel fundamental não só para a sociedade brasileira, como para todos os lugares do mundo. A sua importância está ligada a diversos fatores que contemplam a luta pelos direitos das mulheres, desconstrução dos estereótipos de gênero, representação e participação política, entre outros. É notório que há muitos espaços a serem conquistados, especialmente de tomada de decisão que representem os interesses femininos, sendo o nosso papel de politizar e questionar o silêncio acerca das demandas e necessidades das mulheres.

4. MULHERES NA DIPLOMACIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

A fim de compreender o processo de exclusão e sub-representação feminina na diplomacia brasileira, analisaremos como o Itamaraty reflete as estruturas de gênero como limitador a participação das mulheres em perspectiva histórica, compartilhando das concepções patriarcais que o acompanharam desde a constituição até a sua consolidação como instituição do Estado Brasileiro.

4.1 SÉCULO XIX: O DESENVOLVIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA DIPLOMACIA MODERNA NO BRASIL

De acordo com Cheibub, em "*Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica*" (1985), o processo de constituição e consolidação da diplomacia brasileira é marcado por três momentos do período histórico: o Período Patrimonial, o Momento Carismático e o Período Burocrático-Racional.

No primeiro momento, de 1822 ao fim do século XIX, caracterizado como Período Patrimonial, não havia diferenciação do Ministério das Relações Exteriores e dos diplomatas, prevalecendo a caracterização deixada pelo Estado brasileiro do século anterior. Segundo Cheibub (1985), os novos Estados do século XIX necessitavam de apoio e reconhecimento internacional do seu processo de independência nacional e a diplomacia era um meio importante de conseguir, isto é, observa-se que o fortalecimento das relações entre os Estados diplomaticamente ocorria antes do nascimento da independência do país.

Com a adoção da monarquia no Brasil, o país se aproximava ainda mais da Europa e apresentava um desenvolvimento considerável no relacionamento diplomático, atendendo às funções de apresentação, informação e negociação. Nesse período, em relação ao desenvolvimento das instituições diplomáticas, o chefe de Estado ou chefe do serviço exterior, selecionava os diplomatas livremente e costumava selecionar os familiares mais próximos dos negócios do Estado. O desenvolvimento do

MRE foi mínimo e mesmo com esforços de racionalização que levaram a criação dos cargos de Oficina-Maior e Diretor-Geral, ao contrário do que se esperava, a mudança de regime para República não modificou a estrutura da diplomacia brasileira, permanecendo ligada ao imperialismo (CHEIBUB, 1985; SILVEIRA, 2022).

O segundo momento corresponde aos primeiros anos do século XX, sendo caracterizado pela administração do Barão do Rio Branco, que rompeu com a estrutura imperialista da diplomacia brasileira e iniciou um período de transição e instabilidade do Ministério, ganhando destaque com o seu perfil carismático, portanto, sendo marcado como o Momento Carismático. Essa característica contribuiu para a demarcação de fronteira do país através da negociação e a defesa de disputas de fronteira com a Argentina e a França, trazendo grande prestígio político ao Itamaraty durante a sua permanência e posteriormente. Rio Branco também alterou os processos administrativos do Itamaraty, centralizando em torno de sua figura, o que resultou na consolidação do Gabinete do Ministro como o órgão central do MRE (CHEIBUB, 1985; SILVEIRA, 2022).

Em 1931, a função de Chefe de Secretaria de Estado se consolidou com o cargo de Secretário-Geral. Embora a estrutura organizacional do Ministério enfraqueceu, uma vez que unificou simbolicamente o MRE também gerou custos administrativos, neste período houve o fortalecimento do Itamaraty, porque foi capaz de manter sua homogeneidade em comparação com outros grupos de elite (CHEIBUB, 1985; SILVEIRA, 2022).

O terceiro e último momento é caracterizado como Período Burocrático-Racional, iniciando as reformas administrativas que visavam a transformação do Itamaraty numa estrutura racional e burocrática. A partir da década de 1930, o Estado brasileiro iniciou o processo de centralização e burocratização de toda administração pública do país, como o concurso público para entrar na burocracia nacional, padronização de carreira, critérios mais rígidos para promoção de carreira, entre outras medidas adotadas que representavam o avanço da modernização do Estado no Brasil.

Ademais, Cheibub (1985) divide o período da história institucional em dois períodos interligados: até 1945 e pós-1945. O primeiro período é caracterizado pela consolidação das bases do Itamaraty moderno através das grandes e pequenas reformas e da criação do Instituto Rio Branco. Enquanto no segundo período, pós-1945, não ocorreram muitas mudanças no MRE, e sim, o fortalecimento da instituição considerando a crescente autonomia e a ampliação do papel dos diplomatas (CHEIBUB, 1985; SILVEIRA, 2022).

A compreensão do desenvolvimento e a consolidação da diplomacia brasileira é fundamental para avaliar o papel do país em diversos fatores que contemplam a relação entre os Estados no cenário internacional, bem como a expansão participativa e adesão a variados tipos de tratados e acordos internacionais a partir da negociação, garantindo a valorização da imagem institucional por aqueles que o representam diplomaticamente.

4.2 REFORMAS DA DÉCADA DE 1930

O início do primeiro período da história institucional até fins dos anos 1920, é marcado por uma crise institucional em consequência da gestão carismática do Barão do Rio Branco, surgindo a necessidade de reconstruir a estabilidade da instituição a partir da criação de uma rotina de trabalho e várias reformas, destacando a influência do Primeiro Oficial da Secretaria, Maurício Nabuco, posteriormente convidado por Vargas (1934-1937) para integrar a Comissão da Reforma Administrativa, em 1935 (CHEIBUB, 1985).

Em 1931, ocorre a Reforma Mello Franco que inicia o processo de fusão dos três ramos distintos, sendo a Secretaria do Estado, o Serviço Consular e o Serviço Diplomático. Quando separados ocasionaram diferentes problemas na coordenação das relações exteriores, em virtude das perspectivas que se divergiam entre os seus membros, uma vez que o processo de formulação da política externa era de acordo com a especialidade de cada ramo administrativo (CHEIBUB, 1985). Além disso, estabelece também um sistema de rotação entre o exterior e o

secretariado, - no qual a Reforma Oswaldo Aranha (1938) terminaria esse trabalho ao fundir a carreira diplomática com a consular -, a formulação de novas regras para promoção com o objetivo de ser mais voltada para a questão da meritocracia e, por último, a criação do Instituto do Rio Branco:

> A “velha escola" com uma clara origem social é substituída por indivíduos de diferentes origens sociais, o que leva a uma maior diversidade entre os membros do MRE. O IRBr tem o monopólio da tarefa de selecionar e treinar apenas diplomatas brasileiros. (SILVEIRA, 2022, p. 25)

Existem dois aspectos a serem considerados acerca da fase anterior a 1945, o primeiro refere-se como o processo de formação das elites influenciaram na posição relativa dos diplomatas. Após instituído os concursos do DASP[10] e o clientelismo político do Governo Getúlio Vargas, que nomeava parentes para a carreira através dos concursos de títulos, resultou na diferenciação social com os novos membros. O segundo aspecto refere-se à atuação dos diplomatas que não exerceram nenhuma influência na política externa brasileira. Durante este período, o que predomina é o diplomata “*organizacionista*”, voltado para a organização do Itamaraty, e o “*estilista*”, voltado para o estilo diplomático, enquanto o carisma do Barão é monopolizado pelo Ministro como político (CHEIBUB, 1985). A partir de 1945 e posterior a 1964, o Brasil apresenta uma crise na formação de elites, de acordo com Silveira:

> Um dos fatores que levam o Itamaraty a ser visto como uma agência estatal totalmente elitizada e distante da arena democrática, ou seja, dos interesses e das demandas populares é o seu insulamento fator que influenciou diretamente sua perda de poder. Logo após a Segunda Guerra, o Itamaraty se tornou progressivamente insulado, monopolizando os assuntos internacionais e obtendo prestígio doméstico e exterior. (SILVEIRA, 2022, p. 26)

O novo cenário instituído após a morte do Barão do Rio Branco e o primeiro ano da administração de Lauro Muller resultaram em mudanças dos servidores, tornando o Hotel dos Estrangeiros no Rio de Janeiro uma espécie de segundo ministério diante da quantidade de diplomatas e

[10] A Constituição de 1937, artigo 67, previu a criação de um órgão para assessorar diretamente o Presidente da República e tratar de melhorias governamentais e elaboração de proposta orçamentária. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi organizado formalmente oito meses após a proclamação do Estado Novo, em 30/07/1938.

cônsules hospedados que eram nomeados, mas não compareciam a novos postos:

> Em março de 1920, por exemplo, o Brasil não tinha representante efetivo em Lima, pois o diplomata nomeado alegara falta de transporte da Europa para o Peru. [14] Em 1924, havia mais de trinta cônsules e trinta auxiliares de consulados em férias, em trânsito ou simplesmente irregularmente na capital. [15] Em 1925, os postos do Brasil na Colômbia, na Holanda, na Venezuela, na Bolívia, no Chile, na China, no Peru e no Uruguai ficaram sem suas chefias. [16] (FARIAS; CARMO, 2015, p. 06)

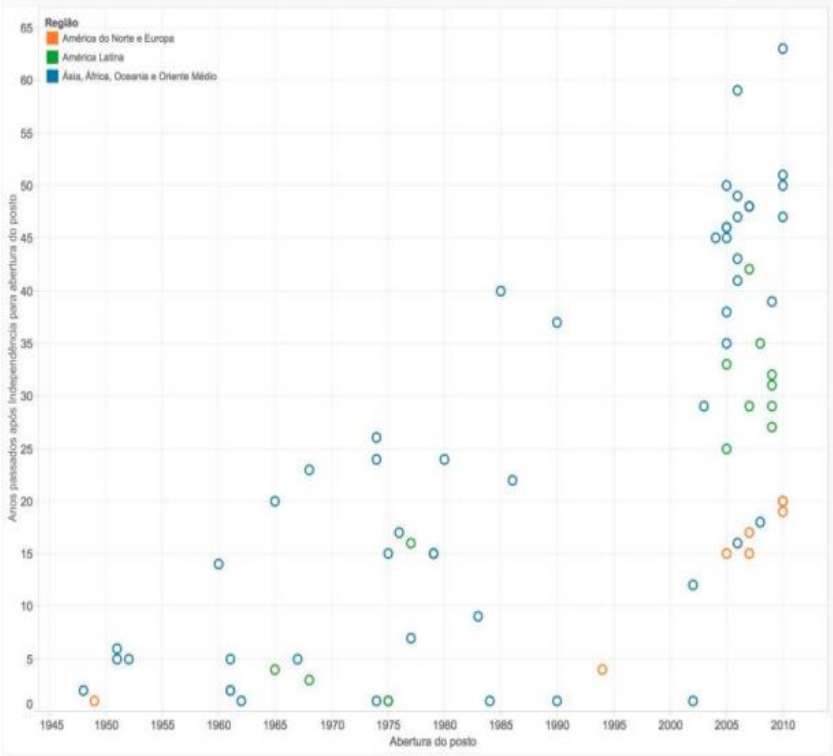
No início da década de 1930, havia vários diplomatas que não retornavam para o Brasil, como Magalhães de Azeredo (34 anos), Raul do Rio Branco (28 anos), Souza Dantas (23 anos), Oscar de Teffé (21 anos), Cardoso de Oliveira (18 anos), Alcebiabes Peçanha (18 anos), Régis de Oliveira (16 anos), Silvino Gurgel do Amaral (13 anos), Nascimento Feitosa (12 anos) e Luiz de Lima e Silva (29 anos). Na tentativa de conter essa prática, a política de remoção foi criada durante o Estado Novo (1937-1945), quando o Estado estava sob a burocracia do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), percorrendo até a Comissão da Reforma de 1952 após o diplomata Azeredo da Silveira sugerir a transferência à Presidência da República (FARIAS; CARMO, 2015).

A unificação das carreiras realizada na Reforma Oswaldo Aranha, em 1938, as normas de procedimento do DASP e a nova liderança do Itamaraty (Oswaldo Aranha e Maurício Nabuco) visavam o preenchimento das áreas da administração na Secretaria de Estado com os diplomatas de início de carreira e, posteriormente, colocá-los em postos considerados menos desejados (FARIAS; CARMO, 2015).

O gráfico abaixo apresenta a proporção de anos de carreira na América Latina (com México), América do Norte e Europa, África, Ásia, Oceania e Oriente Médio, dos diplomatas que iniciaram em 1930 até o início de 1967. Diante disso, analisamos que, com exceção dos que tomaram posse nos anos de 1931, 1941 e 1949, todos passaram mais da metade de suas carreiras no exterior na Europa e na América do Norte, uma vez que os postos nessa região, em 1950, representavam 66% e somente 13% nas demais localidades. Enquanto aqueles que tomaram posse no Governo

Lula, ocuparam mais tempo na Ásia, África, Oceania e Oriente Médio (FARIAS; CARMO, 2015).

Gráfico 1: **Número de anos entre a Independência de um país e a abertura de novos postos criados após 1945. Cores por região.**



Fonte: (FARIAS; CARMO, 2015, p. 7)

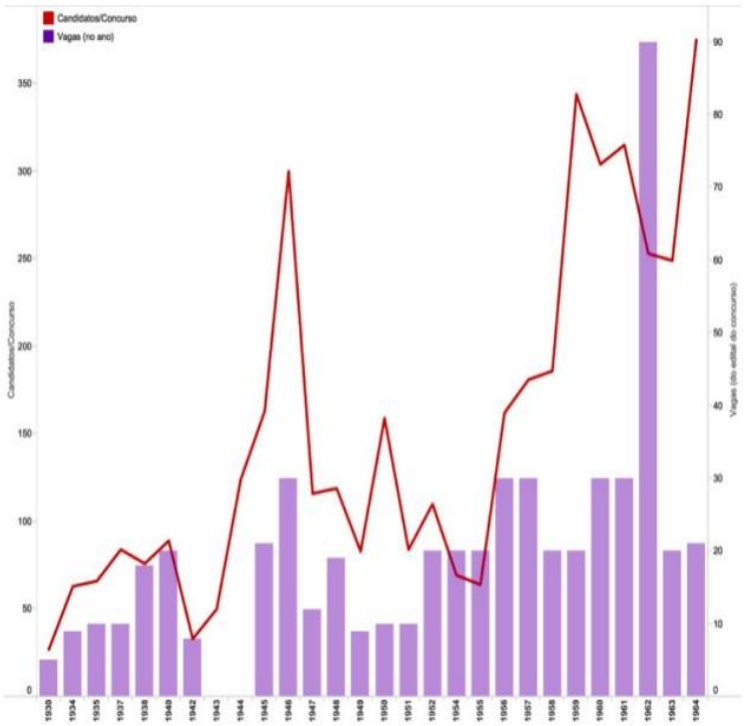
O sistema de promoção de carreiras também foi alvo com a adoção das novas medidas, consistindo que todo diplomata promovido para ministro de segunda classe e todo ministro de segundo classe promovido à primeira classe era necessário ter como primeiro posto após a promoção ou um pequeno país na América Latina ou um consulado:

> Mesmo amigos do ministro Oswaldo Aranha, com o Luiz Faro Júnior e João Carlos Muniz, tiveram como primeiro posto no exterior, após promoções, respectivamente Caracas e Havana. Mesmo Cyrod e Freitas Valle, primo do ministro e Secretário - Geral do ministério, passou por La Paz e Havana antes de seguir para sua carreira fulgurante nos grandes postos da política internacional. (FARIAS; CARMO, 2015, p. 08)

De acordo com Rogério de Souza Farias e Géssica Carmo (2015), a primeira seleção promovida pelo Instituto Rio branco teve um número significativo de candidaturas ao totalizar 300 candidatos, considerando a média de 76 candidatos entre 1930 e 1945.

O gráfico abaixo, elaborado pelos respectivos autores, apresenta o número de vagas (representado pela cor roxa) e o número total de candidatos (representado pela cor vermelha). Observamos que entre 1944 e 1955, exceto 1946, mantém a constância. No entanto, não se sabe ao certo o que ocorreu para explicar o elevado alcance posterior.

Gráfico 2: Candidatos/concurso e vagas anuais (1930-1964). Espaços em branco equivalem à ausência de dados.



Fonte: (FARIAS; CARMO, 2015, p. 02)

4.3 REDEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICA EXTERNA

No período posterior a 1964, começam a surgir grupos em oposição aos “*organizacionistas*” e “*estilista*”, sendo um deles os “f*ormuladores*” que procuram tornar o Itamaraty uma influência mais decisiva na formulação da posição do Brasil no cenário internacional. Com isso, conforme ocorre o aumento do nível do profissionalismo dos diplomatas, os militares atribuem maior autonomia à atuação do Itamaraty na política externa. Isso se deu devido ao processo para a carreira diplomática e militar serem semelhantes, sendo assim, os militares reconhecem algumas

características positivas no diplomata que lembre a si mesmo (CHEIBUB, 1985).

De acordo com Silvana (2022), o processo de formulação da política externa mudou com a redemocratização do país, deixando de ser completamente centralizada no Itamaraty para ser mais plural e democrático. Houve uma crescente politização do Brasil que resultou em maior relevância do cenário internacional nos assuntos domésticos do país, "*levando o padrão insular do Itamaraty ser totalmente contrário a essa nova onda política que seguia a globalização do mundo*" (SILVEIRA, 2022, p. 27). Entretanto, em consequência do aumento da participação doméstica, a posição insular Itamaraty perdeu o posto privilegiado nos assuntos internacionais. Diante disso, com a reestruturação da política brasileira houve um equilíbrio no Executivo e Legislativo na produção da política externa, além da participação mais presente do Congresso brasileiro:

> Como vimos, parece haver evidências de que o MRE geralmente retém sua capacidade de coordenar a política externa nacional, como alguns outros autores apontaram. Em todo caso, o fato é que, para o bem e para o mal, a política externa do país se assemelha cada vez mais às características de política pública de um país democrático, a sociedade é complexa e diversa e a conexão com a mobilidade internacional se aproxima cada vez mais (SILVEIRA, 2022, p. 27)

A nova política de atuação com a aprovação da Constituição de 1988, permitiu aos governos subnacionais maior autonomia. Sendo assim, os estados e municípios passaram a defender mais incisivamente os seus interesses também nas relações internacionais do país, "*o que tem incluído a institucionalização de instâncias específicas, no âmbito subnacional, para a viabilização desses interesses e demandas*" (FARIA, 2008, p. 85). Tendo em vista o novo cenário, observamos os três fatores da poliarquia que contribuem para o processo decisório, de acordo com Helen Milner (1997): I. a influência na tomada de decisão de acordo com seus interesses, II. as instituições políticas que permitem a contribuição desses interesses às ações governamentais (caixa-preta) e III. a forma como as informações estão distribuídas (OLIVEIRA, 2020).

A autora argumenta utilizando o conceito do cientista político Robert Dahl (1997), no qual o Estado poliárquico conta com a participação de

diversos atores domésticos com interesses distintos que representam grande importância no processo de tomada de decisão. A agência das decisões estatais está compilada em três atores: o Poder Executivo e o Poder Legislativos e os grupos sociais:

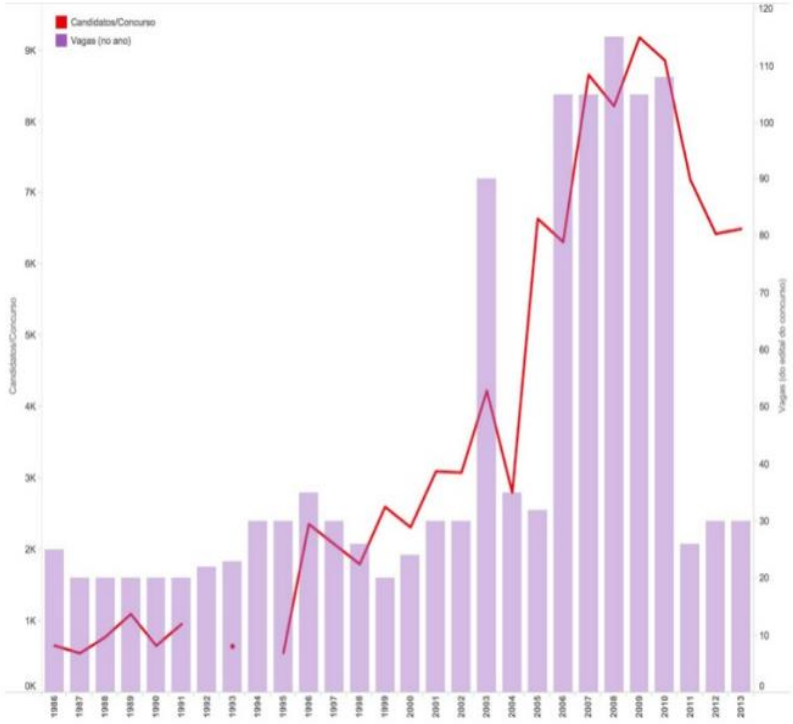
> Na visão da autora, os atores políticos possuem interesse em manter sua base eleitoral e seus grupos de apoio a fim de serem reeleitos e manterem seus cargos. Por outro lado, os grupos de pressão buscam seus interesses contemplados de acordo com o acesso às instituições governamentais. (OLIVEIRA, 2020)[11]

Abaixo observamos que no final da década de 1970 mantém a constância o número de candidatos até 1995, cerca de mil candidatos por concurso, quando passa a ter uma crescente anual. Os autores Rogério de Souza Farias e Géssica Carmo (2015) explicam que a razão para esse acontecimento está no fato dos estudantes serem nomeados terceiros secretários antes de se formarem IRBr, tornando-se mais atrativo financeiramente:

> No ano anterior, alunos casados tinham uma bolsa de R$ 460 reais (cerca de quatro salários mínimos e meio). Em 1997, quando já eram nomeados terceiros secretários, o salário inicial subiu para R$ 2690,00 (mais de vinte e dois salários mínimos). Nos anos seguintes, o nível salarial permaneceu se elevando, tornando a carreira mais atrativa do ponto de vista financeiro (FARIAS; CARMO, 2015, p. 03)

[11] Texto Original de Nathan Oliveira (2020) disponível em: https://diariodasnacoes.wordpress.com/2020/04/25/helen-milner-e-o-estudo-da-politica-externa-interesses-informacao-e-instituicoes/

Gráfico 3: Candidatos/concurso e vagas anuais (1986/2013). Espaços em branco equivalem à ausência de dados.



Fonte: (FARIAS; CARMO, 2015, p. 03).

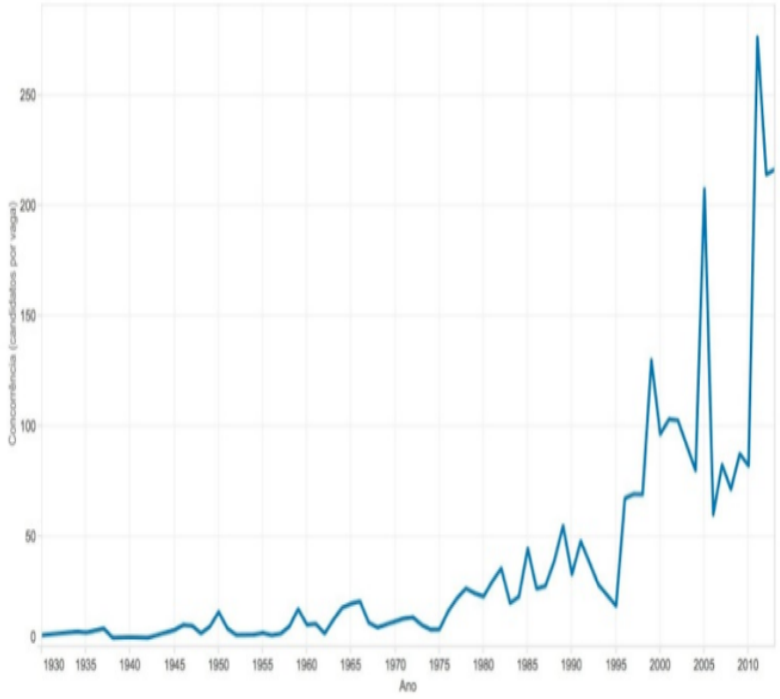
Embora as ações de diferentes atores no campo da política brasileira tenha resultado na diminuição da atuação do Ministério das Relações Exteriores, foi perceptível a crescente participação do Itamaraty na coordenação intragovernamental e na articulação intergovernamental como forma de se desprender das suas tradições isolantes, além de modernizar e democratizar a sua imagem acompanhando o desenvolvimento da sociedade brasileira, com isso o MRE busca coordenar os atores e agências do governo federal (SILVEIRA, 2022; AMPARO; MOREIRA, 2020).

Nesse cenário, a fim de garantir o *status quo* como ator central na arena decisória da política exterior brasileira, o MRE passou por reestruturações institucionais. As reformas realizadas pelo Ministro Celso Amorim durante o governo Lula (2003-2010), permitiram uma visualização mais clara das medidas democráticas que foram adotadas pela instituição desde o acesso à carreira diplomática a partir do concurso público até ascensão hierárquica do serviço diplomático:

> Dentre as inovações, encontra-se o programa de cotas para afrodescendentes e pessoas com deficiência, a política de nomeação de mulheres a importantes cargos, a fim de legitimar maior representatividade feminina no ministério. (AMPARO; MOREIRA, 2020, p. 6)

O período de 1995 a 2010 apresentou uma crescente no número de interessados na carreira, no qual antes era de 26 aumentou para 55 candidatos por vaga:

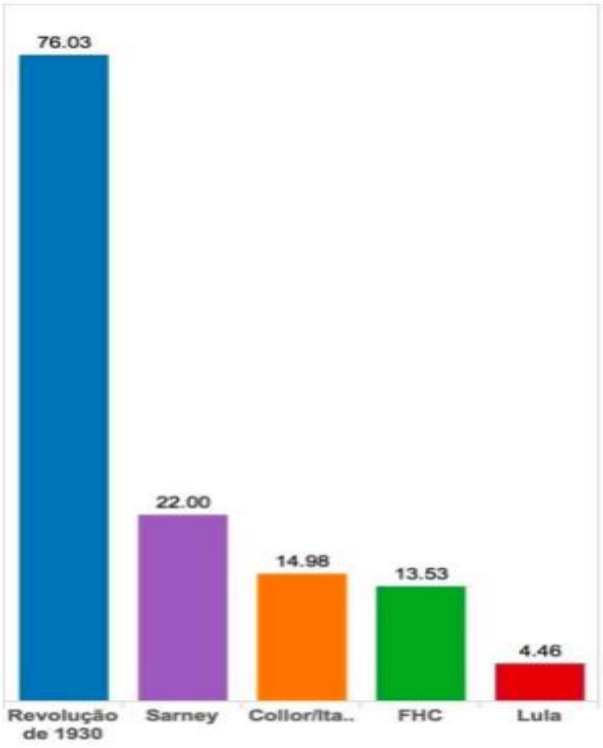
Gráfico 4: Concorrência de candidatos por vaga por ano.



Fonte: (FARIAS; CARMO, 2015, p. 04).

O gráfico abaixo apresenta o número total de dias de cada período dividido pelo número de diplomatas contratados. Com isso, analisamos que a média de contratação de um diplomata, entre a Revolução de 30 e 1945, era a cada 76 dias. Entre o Governo Sarney e FHC, despenca de 22 para 13. Já no Governo Lula, a média de contração de um diplomata era a cada 4 dias.

Gráfico 5: Média de dias para a contratação de um diplomata. Observação: no período de 1930 a 1938 contabilizaram-se os das carreiras de Secretaria de Estado e Consular.



Fonte: (FARIAS; CARMO, 2015, p. 07).

Apesar das iniciativas de burocratização que visam tornar a imagem do Itamaraty mais plural e democrática no ingresso à carreira diplomática a partir da adoção do concurso público e medidas para viabilizar o acesso, a sua história foi fundada com base na perspectiva de uma sociedade patriarcal que representa os homens brancos de classe alta, levando em consideração que não é citado nenhuma contribuição feminina na sua consolidação.

4.4 1918: MARIA JOSÉ DE CASTRO REBELLO MENDES

Em 1918, Maria José de Castro Rebello Mendes, nascida em Salvador/BA em 1890, filha de uma professora com um advogado, tornou-se a primeira servidora pública e diplomata do Brasil. O seu interesse surgiu ao se mudar para o Rio de Janeiro com o objetivo de buscar melhores condições de vida para a sua família, quando se deparou com a notícia do

concurso do Ministério das Relações Exteriores no jornal e se perguntou sobre a possibilidade legal das mulheres concorrerem a cargos públicos. Para sanar tal dúvida, procurou Rui Barbosa, que através do seu filho, o deputado Alfredo Rui Barbosa, respondeu não existir na legislação o que impedisse as mulheres de exercerem atividades administrativas e adiantou para lhe encaminhar os documentos para o concurso (FRIAÇA, 2018).

Antes que conseguisse ingressar oficialmente no Itamaraty, Maria José precisou recorrer judicialmente, pois a sua inscrição para participar do concurso foi recusada por Nilo Peçanha, na época Ministro das Relações Exteriores, sendo necessário a intervenção de Rui Barbosa para deferir a sua candidatura:

> O deputado Alfredo Ruy falou do caso da inscripção de d. Maria José de Castro Rebello Mendes para o concurso de terceiros officiaes, no Ministério das Relações Exteriores. Havia difficuldades, por causa da interpretação da lei, ao que Ruy Barbosa atalhou que a lei não distinguia os sexos. Então o deputado Alfredo Ruy pediu a seu pai para fallar ao ministro das Relações Exteriores, que era Nilo Peçanha, no sentido de permittir a inscripção da referida senhora. E accrescentou: – Ella pede unicamente isso e nada mais, porque está bem preparada para as provas. (FRIAÇA, 2018, p. 64)

A reversão da decisão a permitiu seguir para os exames e demonstrar o seu conhecimento diante da banca examinadora, sendo aprovada em primeiro lugar na carreira diplomática. Com essa notícia, o tema ganhava destaque nos veículos de comunicação: "*Podem as mulheres occupar cargo publico? O Sr. Ministro do Exterior diz que sim!*". Em setembro de 1918, era publicado uma nota na coluna "*Ecos de Novidade*" de *A Noite* que afirmava:

> [...] a não exigência de certificado de reservista, em desacordo com o previsto no edital no concurso, criava discriminação contra os candidatos do sexo masculino. Afirmava, então, que o ato de Nilo Peçanha era resultado do "cavalheirismo quasi á medieval dos brasileiros", para concluir da seguinte forma: "E começará, destarte, a superioridade do sexo elegante, para o qual não haverá Exercito, nem cadernetas, nem exigencias ferozes dos editais de concurso..." (FRIAÇA, 2018, p. 69)

Essa repercussão gerava debates e uma polarização da opinião pública, onde alguns a aclamavam como referência feminina, enquanto outros criticaram a participação das mulheres em cargos públicos predominantemente ocupados por homens, alegando que impactaria

negativamente nas funções da “*mulher do lar*” e como demonstrava uma “*marcha do feminismo*” no Itamaraty. (LENINE; SANCA, 2021).

Maria José de Castro Rebelo Mendes faleceu em 29 de outubro de 1936, no hospital da Cruz Vermelha, deixando o seu legado como a primeira mulher brasileira a ser aprovada no concurso público federal. Com a notícia, a imprensa recordava a polêmica gerada por sua entrada no Itamaraty e destacava a importância de seu ato para o avanço das conquistas femininas no Brasil (FRIAÇA, 2018; SILVEIRA, 2022).

4.5 PÓS MARIA JOSÉ A 1970

Em 1926, após oito anos e antes da aposentadoria de Maria José de Castro Rebello Mendes, mais duas mulheres ingressam na carreira diplomática, Wanda Vianna Rodrigues e Celina Porto Carrero, que já trabalhavam em outras funções no Itamaraty, foram nomeadas para 3º oficial da Secretaria sem precisar passar pelo processo de exames. Em 1928, Zorayma de Almeida Rodrigues foi aprovada através do concurso tornando-se a quarta mulher na diplomacia brasileira, somando 4 mulheres em meio a 241 servidores divididos entre as carreiras diplomática, consular e de oficial da Secretaria de Estado (FRIAÇA, 2018; AMPARO; MOREIRA, 2020).

Conforme citado anteriormente, em 1931 ocorreu o processo de fusão dos três ramos distintos do serviço exterior com a Reforma Mello Franco e as diplomatas do MRE foram transferidas automaticamente para o corpo consular, considerado um cargo de “*menor prestígio*”. Ao contrário dos homens oficiais de Secretaria que podiam escolher entre a carreira consular e a carreira diplomática, de “*maior prestígio*” (FRIAÇA, 2018; AMPARO; MOREIRA, 2020).

Em 12 de abril de 1934, o *Diário Oficial* publicava o Decreto 24.113, aprovado o novo regulamento para os serviços diplomático e consular, de acordo com o artigo 75° (§3º) em caso de matrimônio entre funcionário e funcionária dos serviços públicos, um dos dois deixaria de ser remunerado.

Em razão do Código Civil de 1916 estabelecer a subordinação da mulher perante o homem, a mulher era a escolhida (FRIAÇA, 2018; AMPARO; MOREIRA, 2020)

Novamente, em 1938, as mulheres foram alvos de discriminação na atuação da carreira diplomática com a aprovação do Decreto-lei n. 791 na Reforma Oswaldo Aranha, além de fundir as duas carreiras, o Corpo Consular e o Corpo Diplomático, houve a definição da proibição das mulheres de se inscreverem nos concursos para admissão à Carreira de Diplomata, evidenciando um viés de gênero:

> De acordo com Oswaldo Aranha, as mulheres não deveriam ingressar na carreira diplomática porque, além de expor o Brasil ao ridículo [...] Ademais, segundo ele, a mulher não conseguiria agir de forma precisa e eficaz devido à suposta fragilidade do sexo feminino e, as casadas, submeteriam seus maridos a vexames e entrariam em conflito de autoridade com estes, pois para eles seria muito difícil encontrar uma carreira no exterior e dificilmente receberiam remuneração maior que a de suas esposas, contrariando a sociedade conjugal prevista no Código Civil de 1916. (AMPARO; MOREIRA, 2020, p. 8)

Tendo em vista o caminho que o Itamaraty estava tomando com as reformas que inviabilizavam a participação feminina, o movimento feminista representado pela Bertha Luz, presidente Federação Brasileira para o Progresso Feminino, escreveu para o Ministro Oswaldo Aranha, em junho de 1938, exigindo que os direitos concedidos as mulheres no ministério fossem mantidas. Porém, somente em janeiro de 1954, houve a proibição das mulheres no exercício da diplomacia com a Lei 2.171. Todavia, os detalhes dos trajes obrigatórios que os candidatos deveriam usar na entrevista não contemplavam as mulheres no edital do concurso (AMPARO; MOREIRA, 2020; SILVEIRA, 2022).

Em julho de 1961, o veto do matrimônio deixa de existir, entretanto, em 1966 é criado o instituto da agregação, que se aplicava ao "*afastamento do exercício do cargo para acompanhar o cônjuge, funcionário da carreira de Diplomata, removido para posto no exterior*" (FRIAÇA, 2018, p. 194). Sendo assim, enquanto estivesse de licença, o servidor perdia o direito de promoção e remuneração. A agregação passou a ser considerada como serviço exterior a partir de 1973 (AMPARO; MOREIRA, 2020).

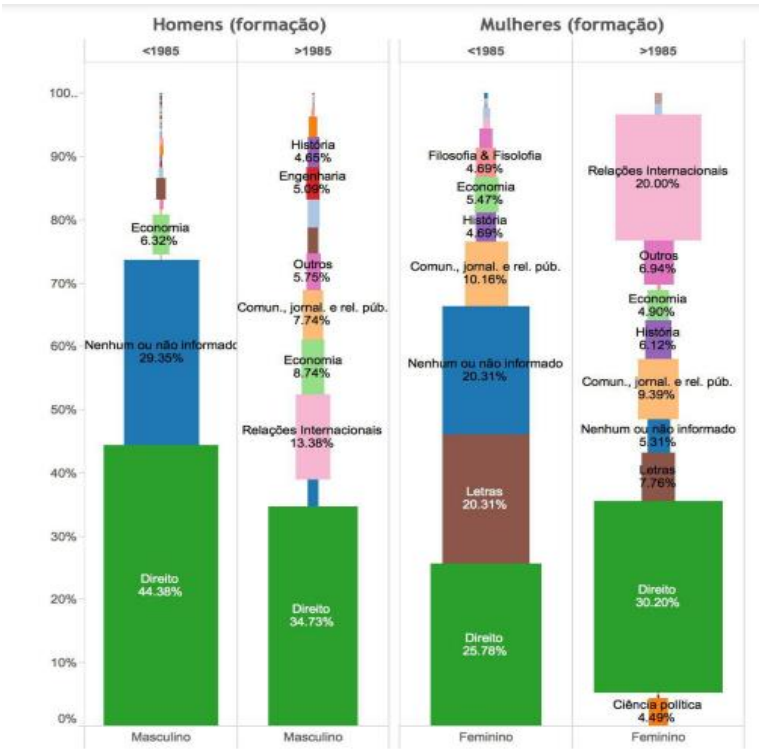
4.6 1980 a 2010

A primeira diplomata negra ingressou no IRBr em 1979, Mônica Menezes de Campos. Durante o exercício da função, sofreu discriminação por não atender aos padrões preconceituosos, sendo motivo para que não fosse apresentada pelos seus superiores como diplomata. Infelizmente, a sua carreira foi interrompida por sua morte, em 1985 (FRIAÇA, 2018). Nesse mesmo ano, Irene Vida Gala ingressou no Instituto Rio Branco, tomando posse oficialmente em 1986. Irene Gala obteve destaque na atuação das relações entre Brasil e África, continente que concentrava postos de menos prestígios pela diplomacia brasileira tradicional.

A partir da década de 1980, o novo cenário brasileiro apresentava o fervor populacional na participação da política, que se organizava em diferentes grupos sociais, políticos e culturais para garantir os seus direitos na Constituição de 1988. O movimento feminista reuniu as suas demandas na "*Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte*", sendo incluídas à Carta Magna (SILVEIRA, 2022). Esse período também foi marcado por ações significativas em relação à mulher no Itamaraty, havendo a extinção do instituto de agregação em junho de 1986 e a disparidade de remuneração entre os cônjuges em dezembro de 1996. Nessa mesma década, houve a nomeação da primeira diplomata como Ministra, uma vez que na época se referia a palavra somente no masculino, e a primeira mulher a alcançar este nível desde a criação do IRBr, Thereza Quintella (AMPARO; MOREIRA, 2020).

Do ponto de vista acadêmico, as mulheres que tomaram posse antes de 1985 possuem experiências mais diversificadas quando comparadas com a formação dos homens. Conforme análise do gráfico abaixo, quase 45% da formação dos homens diplomatas é Direito e 29,35% dos homens não possuíam nenhuma formação. Enquanto as mulheres ganham destaques com Letras (20,31%), no primeiro, e o de Relações Internacionais (20%), no segundo:

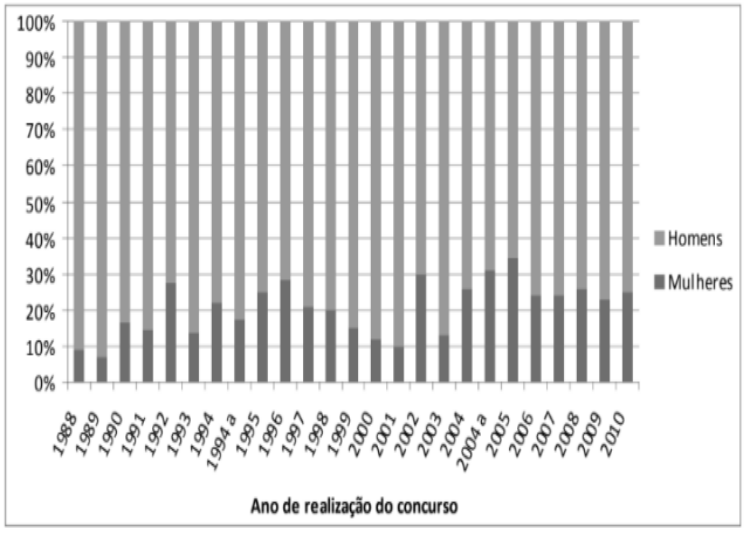
Figura 1: Formação educacional de diplomatas que tomaram posse entre 1954 e 2010, desagregado por gênero e pela data da posse antes de 1985 e de 1985 a 2010.



Fonte: (FARIAS; CARMO, 2015, p. 11).

Segundo o levantamento de dados feito por Guilherme José Roeder Friaça (2018), entre 1988 e 2010, o ingresso das mulheres comparado com os homens foi inferior.

Gráfico 6: Percentual de mulheres aprovadas no concurso de ingresso no período de 1988 a 2010.



Fonte: (FRIAÇA, 2018, p. 251)

No intervalo de 23 anos, a média de aprovação das mulheres foi de 17,34%. Além disso, observamos que houve uma oscilação entre 1988 e 1995, seguidos por saltos altos e decaídas. Em 1996, a aprovação das mulheres alcançou 25%, mas não manteve uma crescente e em 2001 houve uma queda para 10%. Em 2002, as mulheres corresponderam a 29,63% de aprovação, entretanto, diminuindo novamente em 2003 para 12,82%. A partir de 2006, a aprovação mantém estabilidade de em torno 25,5% (FRIAÇA, 2018).

Durante o Governo Lula, de 2003 a 2011, o Itamaraty articulou novas medidas relacionadas ao gênero na gestão de Celso Amorim. Em 2003, foi nomeada Vera Pedrosa Martins de Almeida como a primeira Subsecretária do Itamaraty. Na sequência, em 2005, Maria de Nazareth Farani Azevedo foi a primeira mulher nomeada a exercer o cargo de chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Amparo e Moreira ainda citam outras nomeações para as embaixadas:

> Ainda em sua gestão, duas mulheres foram enviadas ao Oriente Médio: Maria Elisa Berenguer, para chefiar a embaixada do Brasil em Tel Aviv, e Ligia Maria Scherer, para liderar a representação do Brasil em Ramallah. Outras duas embaixadoras foram nomeadas para duas representações permanentes do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, a titular Maria Luiza Ribeiro Viotti e sua vice, Regina Maria Cordeiro Dunlop. (AMPARO; MOREIRA, 2020, p. 10)

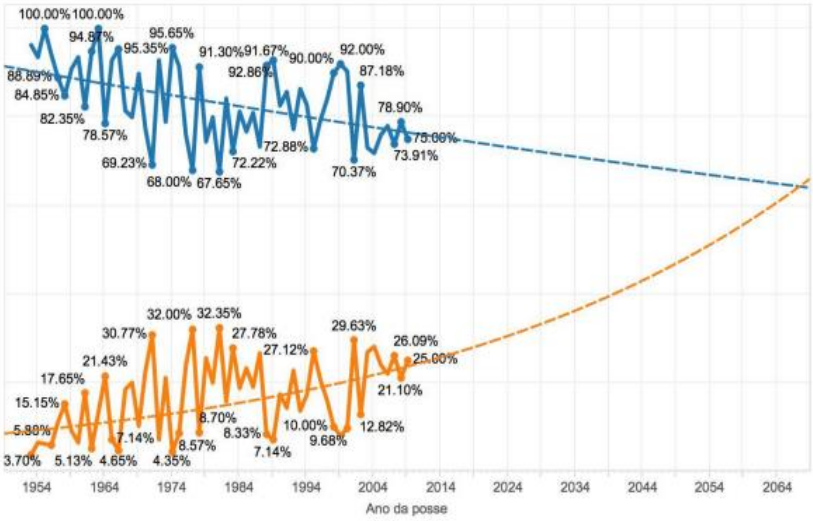
A política de cotas informal promovida por Celso Amorim, objetivando a promoção das mulheres na hierarquia do Itamaraty, resultou no crescimento de 16% para 29%, de 2003 a 2009, das mulheres promovidas entre os diplomatas. Todavia, Amparo e Moreira explicam que com o fim do Governo Lula, essa política não perdurou em virtude de além de ser informal, muitos dos diplomatas não reconheciam a desigualdade de gênero no Itamaraty:

> Ademais, algumas diplomatas sentiram-se desconfortáveis com as cotas e muitas acreditavam não ser o melhor meio para superar as desigualdades, pois suas promoções pareciam decorrer do fato de serem mulheres e não pelas suas competências. Contudo, a política de cotas contribuiu para dar visibilidade à questão de gênero na instituição (Cockles & Steiner, 2017). (AMPARO; MOREIRA, 2020, p. 10)

Ainda assim, a expansão feminina na carreira diplomática é muito lenta. De acordo com a projeção o ritmo da proporção de mulheres nas seleções realizadas de 1953 até 2010 para o futuro, elaborado por Rogério de Souza Farias e Géssica Carmo (2015) com a ferramenta de previsão do Software Tableau, somente em 2066 a igualdade seria alcançada:

> E para essa paridade na entrada transformar-se em uma situação de maior equilíbrio seria necessário que esse processo fosse sustentado por vários anos, até que o perfil dissonante das gerações mais velhas fosse mudado pelo natural processo vegetativo de desligamento por morte e aposentadoria – um quadro que levaria pelo menos vinte anos (FARIAS; CARMO, 2015, p. 8).

Figura 2: Projeção para a equidade de gênero nas seleções para a carreira diplomática. Mulheres em laranja e homens em azul.



Fonte: (FARIAS; CARMO, 2015, p. 08)

Como podemos verificar, houve diversos impeditivos para a participação feminina no Itamaraty, assim como houve reformas que visavam ampliar a participação das mulheres em postos de liderança e a regulamentação dos direitos de equidade de gênero, como a disparidade de remuneração. Ainda assim, todos os problemas não foram resolvidos e exige adoção de políticas mais assertivas.

5. O ITAMARATY SOB DILMA ROUSSEFF: A PRIMEIRA MULHER ELEITA PRESIDENTE DO BRASIL

Dilma Rousseff nasceu em Belo Horizonte (MG), em 1947, iniciando a participação política em 1964, com a derrubada do governo João Goulart e instauração do regime ditatorial no Brasil (AGÊNCIA SENADO, 2016).

Em 2010, Dilma foi eleita para Presidência do país pelo voto popular filiada ao PT (Partido Trabalhista) na apuração do segundo turno com 56,05% dos votos válidos, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo no Palácio do Planalto. Foi tomado posse em 1º de janeiro de 2011, ocupando o posto de 36º presidente da República. (AGÊNCIA SENADO, 2016; FRIAÇA, 2018):

> Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. [...] E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país. [...] Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que – no dia de hoje – todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher (ROUSSEFF, 2011a; FRIAÇA, 2018, p. 287)

Em seus discursos, Dilma enfatizava a participação feminina no âmbito da política interna, o que indicava que o tema de gênero teria grande atenção. Segundo dados levantados em 7 de abril de 2011, a palavra “Brasil” foi citada 266 vezes nos primeiros 90 dias de governo. A palavra “mulher” aparecia em segundo lugar, sendo pronunciada 167 vezes (FRIAÇA, 2018).

Em julho de 2011, houve a primeira promoção da gestão do chanceler Antonio de Aguiar Patriota, no qual quatro mulheres foram promovidas a ministras de segunda classe para primeira classe entre dez ministros, indicando uma proporção significativa de 40%. Em dezembro, entre seis nomes duas mulheres foram indicadas, resultando uma proporção de 33,33% (FRIAÇA, 2018). Assim, de acordo com Friaça (2018):

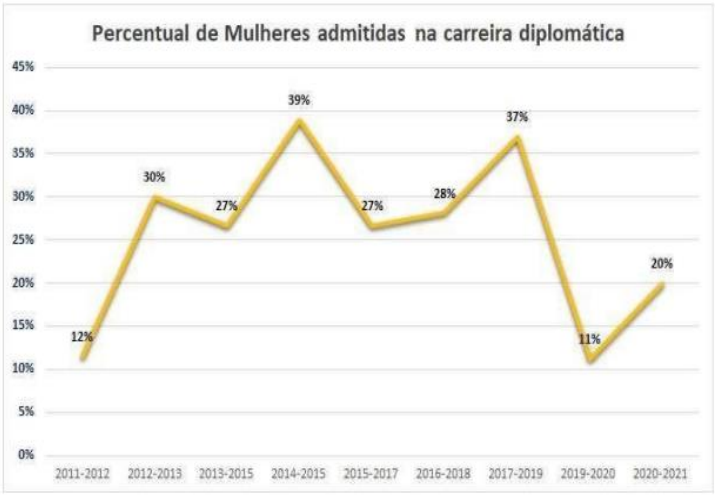
> [...] No ano de 2011, a média da proporção de mulheres promovidas a embaixadoras foi de 36,63%. Carmen Lídia Richter de Moura, Gláucia Vieira Gauch, Mariangela Rebuá de Andrade Simões, Eliana Zugaib, Ana Lélia Benincá Beltrame e

> Virgínia de Souza Bernardes Toniatti vieram somar-se às outras 24 embaixadoras em atividade. No dia 12 de dezembro de 2011, eram mulheres 21,51 % dos 1.585644 diplomatas do quadro de servidores do MRE. (FRIAÇA, 2018, p. 289)

Ainda em dezembro de 2011, das nove Subsecretarias existentes, duas eram chefiadas por mulheres: a Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos I, pela embaixadora Vera Regina Barrouin Crivano Machado, e a Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos II, pela embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis. O Ceremonial era ocupado pela embaixadora Maria de Lujan Caputo Winkler, assim como também, as chefias de Gabinete do ministro de Estado e do secretário-geral eram desempenhadas por mulheres: a ministra Fátima Keiko Ishitani e a embaixadora Eliana Zugaib. O chanceler Antonio de Aguiar Patriota reforçava que a sua gestão buscava "*contribuir para a ascensão profissional das mulheres, garantindo sempre um percentual mínimo de ingresso no quadro de acesso e a presença de mulheres nas listas de promovidos*" (FRIAÇA, 2018, p. 290).

Apesar de indicar um compromisso com a questão de gênero na diplomacia brasileira, ao comparar com a administração anterior, durante o Governo Dilma (2011-2016) houve uma queda na participação das mulheres na carreira diplomática, indicando uma média de 27%, conforme dados levantados por Bianca Barbosa Alviani e Fanny Aidee Azero Yujra (2021).

Gráfico 7: Percentual de mulheres nas turmas do IRBr 2011 - 2021

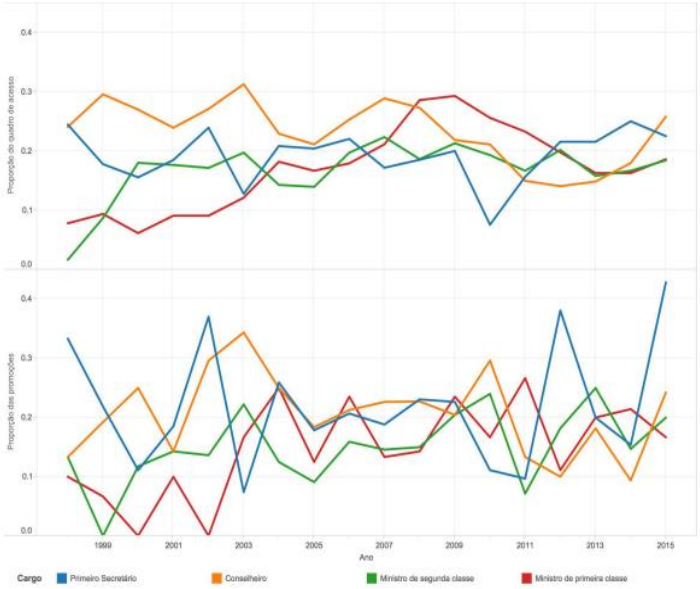


Fonte: (ALVIANI; YUJRA, 2021, p. 18)

Conforme o Gráfico 7, os dados apontam que entre 2019 e 2020 houve uma queda ainda mais brusca para 11%, alavancando para 20% entre 2020 e 2021, permanecendo uma proporção baixa em comparação com os anos anteriores. De acordo com Alviani e Yujra (2021), em 2020, o número de mulheres na carreira diplomática em um total de 1.538 diplomatas é de 355, aproximadamente 23% do efetivo.

Outro aspecto relevante é a proporção de mulheres no quadro de acesso e nas promoções, conforme os gráficos abaixo elaborados por Farias e Carmo (2016).

Gráfico 8: Proporção de mulheres nos Quadros de Acesso e nas Promoções de 1998 a 2015.



Fonte: (FARIAS; CARMO, 2016, p. 20)

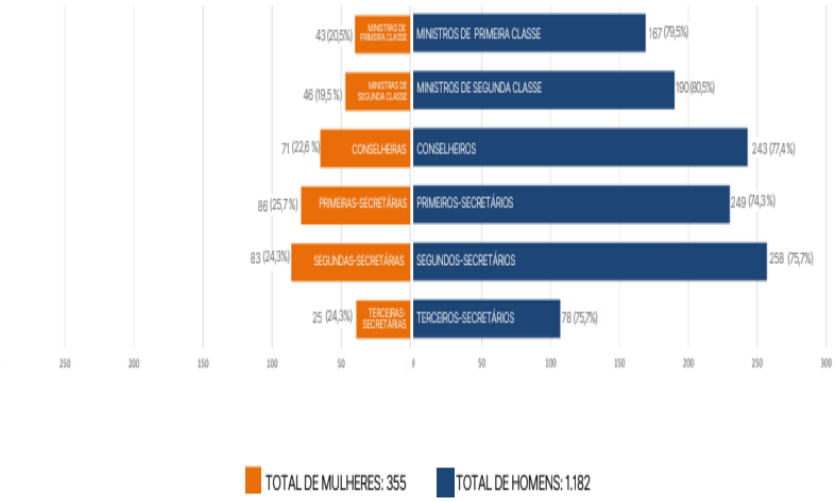
O Gráfico 8 indica um salto elevado no quadro de acesso para ministro de primeira classe (em vermelho) entre os anos de 2003 e 2009, saindo de 10% para 29%. Na mesma proporção em que a promoção oscilou entre 16% e 29%. Em 2015, houve uma queda no quadro de acesso para ministro de primeira classe, indicando 18,6% e 16,7% nas promoções. Além disso, o quadro apresenta o declínio entre 2003 e 2013 na promoção de Conselheiro (em laranja) para ministra de segunda classe, estagnado em 2015 a mesma proporção que em 2008 (FARIAS; CARMO, 2016).

5.1 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ITAMARATY NA ATUALIDADE

No documentário "*Exteriores - Mulheres Brasileiras na Diplomacia*[12]" (min. 7:01 seg.), a Embaixadora Gisela Padovan e Secretária de América Latina e Caribe destaca a entrada do gabinete do ministro das Relações Exteriores que exibe retratos de todos os chanceleres brasileiros entre os anos de 1822 e 2021, totalizando 107 fotografias de liderança masculina e nenhuma feminina (FALEIRO, 2022). A primeira mulher a ocupar o cargo de Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores é a Embaixadora Maria Laura da Rocha, em 2023 (AMDB, 2023).

Os dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores (2022) totalizam 1.539 diplomatas, 354 diplomatas são mulheres, representando 23% do quadro. Nos cargos de Ministro de Primeira Classe (20,5), Ministro de Segunda Classe (19,5%) e Conselhos (22,6%), a proporção das mulheres era inferior à média da carreira (ADB, 2022).

Gráfico 9: Diplomatas por Classe e Gênero (2022).



Fonte: (PAINEL DE GESTÃO-MRE, 2022, p. 05)

Nas funções no exterior, em março de 2022, havia sobre-representação na liderança de consulados (27,45%), a sub-representação na liderança de embaixadas (12,1%) e missões (0%). O quadro abaixo

[12] O documentário de 52 minutos foi divulgado em 2018 como celebração do centenário de ingresso na carreira diplomática de Maria José de Castro Rebello Mendes, dirigido por Ivana Diniz e com roteiro de Ana Beatriz Nogueira.

demonstra que não havia nenhuma mulher liderando a Embaixada em posto A. Contudo, as mulheres apresentavam 46,15% das lideranças de consulado em posto B, 33,33% em postos C, e 21,74% em postos A (ADB, 2022).

Gráfico 10: Funções no Exterior (2022).

Tipo de posto	Classificação	M	H	Total	%M/ total
Embaixada	A	0	17	17	0,0%
	B	2	17	19	10,5%
	C	6	34	40	15,0%
	D	6	34	40	15,0%
Total		14	102	116	12,1%
Missão	A	0	12	12	0,0%
	B	0	2	2	0,0%
	C	-	-	N/A	N/A
	D	-	-	N/A	N/A
Total		0	14	14	0,0%
Consulado	A	5	18	23	21,7%
	B	6	7	13	46,2%
	C	3	6	9	33,3%
	D	0	6	6	0,0%
Total		14	37	51	27,5%

Fonte: (ADB, 2022, p. 07)

No mesmo período, as mulheres não ocupavam nenhum cargo de liderança (a chefia de dois desses postos estava vaga) dos 25 maiores postos da carreira diplomática (aferidos pelo critério de lotação numérica de 10 diplomatas ou mais). As mulheres eram apenas 7 (18%) dos 40 ministros conselheiros dos respectivos postos (ADB, 2022).

Gráfico 11: Chefias dos Maiores Postos (2022).

					M	H
Posto	Classificação	Total de diplomatas	Chefia	Alterno	MC	
E Assunção	B	11	H		0	1
E Berlim	A	14	H		1	1
E Bogotá	B	11	H		0	0
E Buenos Aires	A	21	H		0	3
E La Paz	C	12	H		1	1
E Lima	B	12	H		0	0
E Lisboa	A	12	H		0	1
E Londres	A	14	H		0	2
E Madri	A	12	H		0	1
E México	B	13	H		1	0
E Montevidéu	B	12	0		0	1
E Moscou	C	13	H		1	0
E Nova Delhi	C	12	H		0	1
E Paris	A	15	H		1	2
E Pequim	C	19	H		0	2
E Pretória	C	10	0		1	1
E Quito	C	11	H		0	1
E Roma	A	12	H		0	2
E Santiago	B	10	H		0	1
E Tóquio	B	12	H		0	1
E Washington	A	22	H		0	3
M Bruxelas	A	12	H		0	2
M Genebra	A	18	H	M	0	2
M Genebra-OMC	A	17	H		0	2
M Nova York	A	24	H	H	1	2
TOTAL					7	33
Porcentagem					18%	83%

Fonte: (ADB, 2022, p. 09)

Em junho de 2023, foi divulgado uma nota pública pela Associação das Mulheres Diplomatas do Brasil (AMDB)[13] com a finalidade de cobrar medidas de política institucionalizada de gênero no Itamaraty, inclusive a nomeação de mais mulheres para cargos de liderança da diplomacia brasileira, uma vez que mais quatro homens foram nomeados para ocuparem as lideranças de missões consulares brasileiras no exterior (Barcelona, Cantão, Buenos Aires e Tóquio). De modo geral, foram nomeados o total de 47 nomes, sendo 41 homens (87%) e somente 6 mulheres (13%), conforme análise do quadro abaixo.

[13] A Associação das Mulheres do Brasil (AMDB) foi criada em 2013, sendo formada por mulheres que atuam ou já atuaram na diplomacia brasileira com o objetivo a criação de um Itamaraty mais igualitário e representativo.

Gráfico 12: Indicações da atual gestão do Itamaraty para chefias de Embaixadas, Consulados e Missões do Brasil (2023).

	Posto	Classificação	Indicação para Liderança		
	Embaixadas Brasileiras				
1	Paris	A	H		
2	Londres	A	H		
3	Washington	A	M		
4	Roma	A	H		
5	Vaticano	A	H		
6	Estolcomo	A	M		
7	Haia	A	H		
8	Atenas	A	H		
9	Buenos Aires	B	H		
10	Lima	B	H		
11	Ottawa	B	H		
12	Bratislava	B	H		
13	Nova Délhi	C	H		
14	Tel Aviv	C	H		
15	Rabat	C	H		
16	Cairo	C	H		
17	Bucareste	C	H		
18	Abu Dhabi	C	H		
19	Zagreb	C	M		
20	Mascate	C	H		
21	Sófia	C	H		
22	Manama	C	H		
23	Havana	D	H		
24	Gaborone	D	H		
25	Jacarta	D	H		
26	Lilongwe	D	H		
27	Yangon	D	H		
28	Teerã	D	H		
	Consulados Brasileiros				
29	Nova York	A	H		
31	Chicago	A	H		
31	São Francisco	A	H		
32	Faro	A	M		
33	Munique	A	H		
34	Barcelona	A	H		
35	Vancouver	B	H		
36	Santiago	B	H		
37	Tóquio	B	H		
38	Buenos Aires	B	H		
39	Ciudad del Este	C	M		
40	Cantão	C	H		
	Missões do Brasil junto a Organismos Internacionais				
41	Delbrasonu – Missão do Brasil junto à ONU em Nova York	A	H		
42	Delbrasonu – Missão do Brasil junto à ONU em Nova York (alterno)	A	H		
43	Delbrasomc - Missão do Brasil junto à OMC	A	H		
44	Delbrasupa - Missão do Brasil junto à OEA	A	H		
45	Delbrasmont - Missão do Brasil junto à OACI	A	H		
46	Organizações Internacionais Econômicas sediadas em Paris, França	A	H		
47	AIEA - Missão do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica	A	M	M	H
		TOTAL	47	6	41
		Porcentagem		13%	87%

Fonte: (AMDB, 2023, ELABORAÇÃO PRÓPRIA).

A nota destaca que antes do governo eleito em 2022 assumir a posse, as mulheres ocupavam 14,2% das lideranças de missões do Brasil no exterior. Com as nomeações tornadas públicas pela atual gestão, houve o aumento de um ponto percentual, isto é, a ocupação das mulheres nas lideranças de missões no exterior é de apenas 15,2%.

> Em Brasília, na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, foram nomeadas três mulheres para cargos do segundo escalão (3 em 10, ou o equivalente a 30%), enquanto na gestão anterior eram duas as mulheres em posições semelhantes (2 de 7, ou o equivalente a 28,57%). (NOTA PÚBLICA, AMDB, p. 01)

Mesmo após a manifestação, as mulheres diplomatas permanecem aguardando medidas efetivas que garantam o compromisso com a promoção da equidade de gênero, diversidade e inclusão, enfatizando a falta de oportunidades não só para as mulheres que possuem as mesmas qualificações, como também para os diplomatas negros e negras, LGBTQIA+ e PCDs (AMDB, 2023).

5.2 PROCESSO DE INSERÇÃO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA

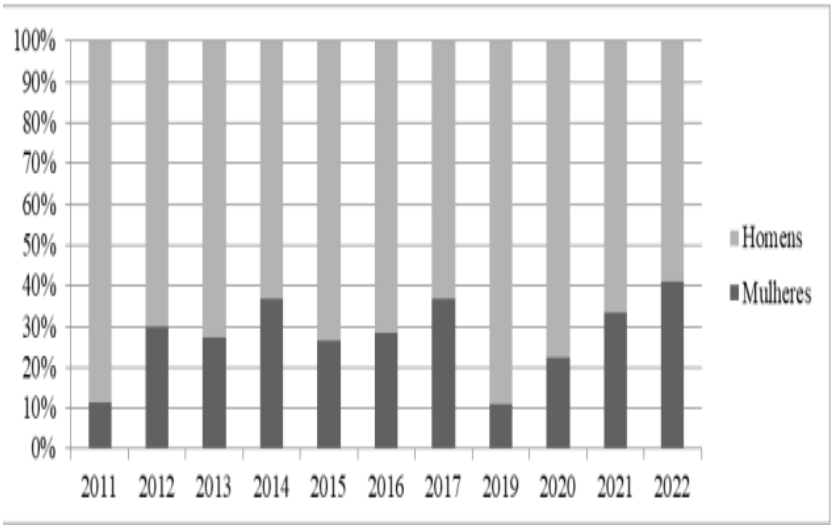
O processo de seleção para inserção na carreira diplomática brasileira é realizado a partir do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD). Vem sendo realizado uma vez por ano desde 1996, sucedendo o vestibular para admissão no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (CPCD), que vigorou até 1995. De acordo com a classificação obtida no CACD, os candidatos ingressam no cargo como Terceiro Secretário da Carreira Diplomática e têm o direito de frequentar o Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (SILVEIRA, 2022; MRE, 2023).

Em 1918, ano de ingresso da primeira mulher diplomata, Maria José de Castro Rebello, a participação das mulheres na carreira diplomática era de menos 0,5% frente a 235 homens. Em 1954, as mulheres representavam 15 num total de 512 diplomatas na ativa (2,92%); 1970 (9,32%), sendo 61 de 654 total de diplomatas. Em 1988, ano da promulgação de 1988, as mulheres formavam 150 (17,68%) de 848 dos diplomatas em atuação (FRIAÇA, 2018; AMPARO; MOREIRA, 2020).

A expectativa era que com o passar dos anos o percentual da participação das mulheres na carreira diplomática apresentasse uma crescente, entretanto, conforme visto anteriormente, foram em passos gradativos.

O gráfico abaixo fornece a inserção das mulheres no Instituto Rio Branco na década de 2010, indicando que 2011 e 2019 foram os anos de menor aprovação das mulheres (10%) na carreira diplomática. Os anos de 2014 e 2017 representam 36% de mulheres aprovadas, aproximando-se de 2021, que no período de pandemia do COVID-19 representa 33% de aprovação feminina. Por último, o concurso realizado em 2022 tornou-se o maior percentual de aprovação das mulheres no Instituto Rio Branco, representando 41%.

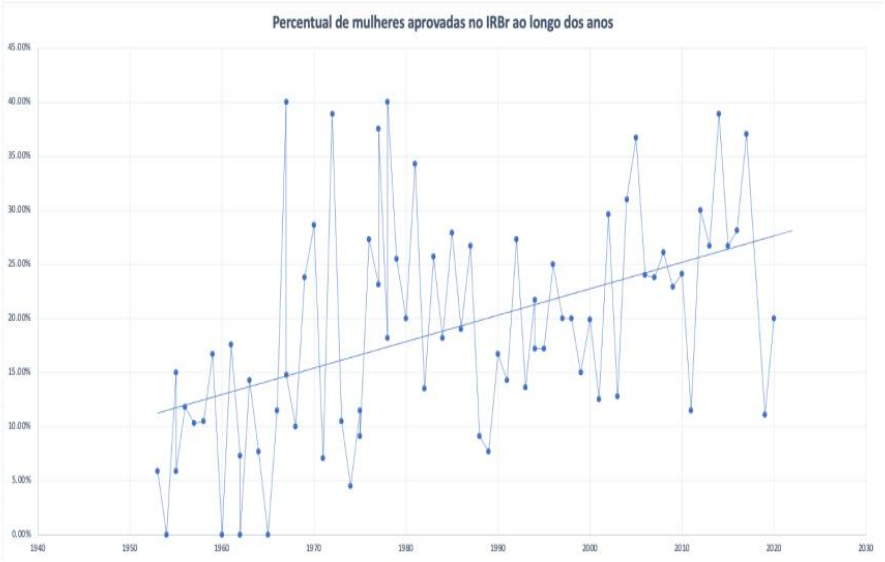
Gráfico 13: Percentual de mulheres aprovadas no concurso do IRBr no período de 2011 a 2022.



Fonte: (BATALHA, 2023, p. 20)

Em 2022, a Diplomata Amena Yassine divulgou um gráfico que informa que a igualdade no recrutamento será alcançada apenas em 2110, ou seja, comparado com o gráfico apresentado anteriormente elaborado por Rogério de Souza Farias e Géssica Carmo (2015), pelo ritmo atual aumentou 44 anos.

Gráfico 14: Percentual de mulheres aprovadas no concurso do IRBr ao longo dos anos.



Fonte: (AMDB, Amena Yassine, 2022)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) teve o objetivo de fomentar o debate da sub-representatividade das mulheres na diplomacia brasileira desde a consolidação do Ministério das Relações Exteriores, além de como o processo de exclusão da participação efetiva das mulheres em espaço públicos, consequência do desenvolvimento de uma sociedade patriarcal, influenciou e permanece influenciando na formulação da política externa majoritariamente guiada pela perspectiva e experiência do homem.

Embora a organização das mulheres na luta pela reivindicação dos direitos ocorra com destaque aos pensamentos de Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft na Revolução Francesa, o movimento se fortalece de fato a partir da segunda metade do século XIX. Contudo, o campo de estudo das relações de gênero, feminismo e diplomacia, passa a ser trabalhado como método de pesquisa a partir da década de 1980, não só nos estudos da academia, mas também na adoção de medidas dentro das escolas que selecionam e formam diplomatas com a finalidade de tornar a formulação e a estrutura da política externa mais inclusiva e diversificada (LENINE; SANCA, 2020).

As pesquisas históricas indicam a hierarquia de gênero com a predominância masculina no campo, deixando nítido como a masculinidade hegemônica atribui valores e papéis para as mulheres ao colocá-las em postos inferiores durante anos, além da disparidade de gênero das variáveis quantitativas apresentadas, o que surge a necessidade de formulação de estratégias para que a atuação das mulheres nas negociações, na participação de diferentes temas que abrangem o sistema internacional e na ascensão de carreira não sejam restringidas.

Acredita-se que o motivo pelo qual a participação feminina ainda não alcançou 50% na carreira diplomática é a construção do Itamaraty com reflexo de uma ordem social que mantém a imagem masculina como dominante (SILVEIRA, 2022). Com isso, destaca-se a importância das teorias feministas como *high politics* nas Relações Internacionais ao

promover os debates do papel das mulheres através de diversas vertentes que abrangem a questão social, econômica e política.

7. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CEUB: Conheça a história de Nísia Floresta, primeira jornalista feminista do Brasil. 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.uniceub.br/comunicacao/conheca-a-historia-de-nisia-floresta-primeira-jornalista-feminista-do-brasil/

Acesso em: 24/09/2023

AGÊNCIA SENADO: Mulheres na política: ações buscam garantir maior participação feminina no poder. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica

Acesso em: 08/10/2023

ALCARAS, Ana Ligia. Cox, a teoria crítica das Relações Internacionais, feminismo e gênero: uma análise da literatura. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), 2015. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiiisemanaderelacoesinternacionais/cox-a-teoria_ana-ligia.pdf

Acesso em: 02/10/2023

ALVES DE PAIVA, Wilson. A questão da mulher em Rousseau e as críticas de Mary Wollstonecraft. Ethic@, Florianópolis, Santa Catarina, v. 18, n. 3, p. 357 – 380, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2019v18n3p357

Acesso em: 22/09/2023

ALVIANI, Bianca Barboza; YUJRA, Fanny Aidee Azero. Gênero no Itamaraty e sua gestão durante o Governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Universidade de São Judas Tadeu, São Paulo, 2021. Disponível em: https://mulheresdiplomatas.org/estudos

Acesso em: 11/11/2023

AMPARO, Gabrielly Almeida Santos; MOREIRA, Julia Bertino. A diplomacia não tem rosto de mulher: o Itamaraty e a desigualdade de

gênero. Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/32441

Acesso em: 30/08/2023

ANDRADE DA SILVA, Joasey Pollyanna; MOURA DO CARMO, Valter; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, v. 7, n. 1, p. 101 – 122, 2021. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948

Acesso em: 27/08/2023

ANGELIZ, Rosângela. A “caça às bruxas”: uma interpretação feminista. Portal Catarinas, 2016. Disponível em: https://catarinas.info/a-caca-as-bruxas-uma-interpretacao-feminista/

Acesso em: 16/09/2023

AQUINO DE SOUZA, Cristiane. A desigualdade de gênero no pensamento de Rousseau. Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica, v. 20, n. 1, p. 146-170, 2015. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/7198

Acesso em: 22/09/2023

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DIPLOMATAS BRASILEIRAS: Documentário Mulheres Brasileiras na Diplomacia. 2023. Disponível em: https://mulheresdiplomatas.org/document%C3%A1rio

Acesso em: 04/10/2023

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DIPLOMATAS BRASILEIRAS: Nota Pública. 2023. Disponível em: https://mulheresdiplomatas.org/

Acesso em: 11/11/2023

BALBINO, Viviane Rios. Diplomata. Substantivo comum de dois gêneros: Um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011. Disponível em:

http://funag.gov.br/loja/download/861-Diplomata._Substantivo_comum_de_dois_generos.pdf

Acesso em: 27/08/2023

BARBOSA, Thaynara Santos *et al*. O Feminismo como teoria de Relações Internacionais: uma análise sobre sua origem e aplicação. Revista Relações Exteriores, 2023. Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/feminismo-teoria-relacoes-internacionais/

Acesso em: 24/09/2023

BASTOS DE SIQUEIRA, Carolina; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho. Revista Thesis Juris, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, 2020. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/14977

Acesso em: 27/08/2023

BATALHA, Larissa de Jesus. Mulheres no Itamaraty: A trajetória da inserção feminina na Diplomacia Brasileira. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/39008/1/MulheresItamaratyTrajet%C3%B3ria.pdf

Acesso em: 05/11/2023

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo. Editora Nova Fronteira, 5ª edição, 2020.

BORGES DA SILVEIRA, Alessandra Carvalho. O desenvolvimento do papel das mulheres na diplomacia brasileira: Uma perspectiva histórica e analítica. Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, Brasília, 2022. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/16137

Acesso em: 27/08/2023

BRANDÃO, Luciana *et al*. As mulheres no Itamaraty: As reformas do Ministério das Relações Exteriores à luz da teoria feminista. MONÇÕES - Revista das Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.11, 2017.

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323833453_As_mulheres_no_Itamaraty_as_reformas_do_Ministerio_das_Relacoes_Exteriores_a_luz_da_teoria_feminista

Acesso em: 27/08/2023

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira, 22º edição, 2003.

CAFÉ HISTÓRIA: História das mulheres na diplomacia brasileira é tema de documentário disponível a partir de hoje na web. 2019. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/exteriores-mulheres-na-diplomacia/

Acesso em: 16/11/2023

CAMBRAIA, Stela. A caça às bruxas e o feminismo. COLAB, 2021. Disponível em: https://blogfca.pucminas.br/colab/caca-as-bruxas-feminismo/

Acesso em: 16/09/2023

CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cassia Fraga. Movimento feminista no Brasil e América Latina: Reflexões sobre educação e mulheres. Revista Contrapontos - Eletrônica, Itajaí, v. 16, n. 1, 2016. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/7943

Acesso em: 24/09/2023

CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: O Itamaraty em uma perspectiva histórica. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. ABDR, São Paulo, Cortez, 2015. Disponível em: https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Documento-32-MIRLA-CISNE-FEMINISMO-E-CONSCI%C3%8ANCIA-DE-CLASSE-NO-BRASIL.pdf

Acesso em: 23/09/2023

CLUBE DAS PITAYAS: Mulher do Mês – Irene Vida Gala. 2021. Disponível em: https://clubedaspitayas.com/2021/11/17/mulher-do-mes-irene-vida-gala/

Acesso em: 05/11/2023

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção política. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137

Acesso em: 08/10/2023

DAVIS, Angela. Mulheres, Cultura e Política. Editora Boitempo, 1ª edição, 2017.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão 1789. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2018. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf

Acesso em: 22/09/2023

DIETRICH, Priscila Von; SEVERO, Cecília. A emergência do capitalismo e as mulheres - uma crítica feminista marxista. Temáticas, Campinas, 26, 52, 315-326, 2018. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/download/11713/7029

Acesso em: 17/09/2023

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta. Editora Massangana, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4711.pdf

Acesso em: 24/09/2023

ENLOE, Cynthia. Bananas, Beaches and Bases Making Feminist Sense of International Politics. University of California, Berkeley, Los Angeles, London, p. 1-33, 2014.

FARIAS, Rogério de Souza; CARMO, Géssica. As mulheres na carreira diplomática brasileira: uma análise do ponto de vista da literatura sobre

mercado de trabalho e gênero. MUNDORAMA - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais, 2016.

FARIAS, Rogério de Souza; CARMO, Géssica. Do Circuito Elizabeth Arden ao Circuito Global? A política de postos e remoções do Itamaraty. MUNDORAMA - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais, 2015.

FARIAS, Rogério de Souza; CARMO, Géssica. Filhos da democracia: os diplomatas brasileiros na Nova República (1985-2010). MUNDORAMA - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais, 2015.

FÉLIX DE SOUSA, Natália Maria; BARASUOL, Fernanda Barth; ZANELLA, Cristine Koehler. Feminismo, Gênero e Relações Internacionais. Fino Traço Editora, Belo Horizonte, MG, 2023.

FOIATTO, Jordana. Representação de Gênero nos Conflitos Armados: Uma Análise da Produção Teórica Feminista em Relações Internacionais a partir de 1980. Cadernos de Relações Internacionais/PUC - Rio Edição especial “Gênero e Sexualidade nas RI”, Vol. 2, p. 23-43, 2018. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/35211/35211.PDF

Acesso em: 02/09/2023

FOLHA DE S. PAULO: Maria Laura da Rocha se torna 1ª secretária-geral do Itamaraty e promete atuar por diversidade. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/01/maria-laura-da-rocha-se-torna-1a-mulher-secretaria-geral-do-itamaraty-e-promete-atuar-por-diversidade.shtml

Acesso em: 15/11/2023

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011). Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2018. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/miolo-mulheres-diplomatas-no-itamaraty.pdf

Acesso em: 22/10/2023

Fundo Departamento Administrativo do Serviço Público (2C) INVENTÁRIO SUMÁRIO DOS DOCUMENTOS TEXTUAIS. Arquivo Nacional, Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/copy_of_instrumentos-de-pesquisa/Instrumento_de_pesquisa_dasp.pdf

Acesso em: 03/11/2023

GEVEHR, Daniel Lucia; LUCIA DE SOUZA, Vera. As mulheres e a igreja na idade média: misoginia, demonização e caça às bruxas. Revista Acadêmica Licencia&acturas, v. 2, n. 1, p. 113-121, 2014. Disponível em: https://ws2.institutoivoti.com.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/31

Acesso em: 16/09/2023

GILLEY, Jennifer. Writings of the Third Wave: Young Feminists in Conversation. Diane Zabel Editor, THE ALERT COLLECTOR, Pennsylvania State University, University Park, v. 44, n. 3, 2005.

LENINE, Enzo; SANCA, Naentrem. Gênero, Feminismo e Diplomacia: Analisando a Instituição pelas Lentes Feministas das Relações Internacionais. Revista Organizações & Sociedade, 29(100), p. 100-124, 2022.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. VI Seminário CETROS, 2018. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf

Acesso em: 27/08/2023

MENDES, Pedro Emanuel. O nascimento das Relações Internacionais como ciência social: Uma análise comparada do mundo Anglo-Americano e da Europa Continental. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.8, n.16, p.21-53, 2019.

MULHERES DE LUTA: As mulheres na Revolução Francesa. 2022. Disponível em: https://www.mulheresdeluta.com.br/as-mulheres-na-revolucao-francesa/

Acesso em: 17/09/2023

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates. Rio de Janeiro, Zahar, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/18648547/Teoria_das_RI_Nogueira_e_Messari_2_

Acesso em: 24/09/2023

OLIVEIRA, Ian Luiz da Costa; MÈRCHER, Leonardo. O movimento feminista nas relações internacionais. Centro Universitário Internacional (UNINTER), 2018. Disponível em: https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/275/1340697%20-%20IAN%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Acesso em: 24/09/2023

OLIVEIRA, Nathan. Helen Milner e o estudo de Política Externa: Interesses, Informação e Instituições. Diário das Nações, 2020. Disponível em: https://diariodasnacoes.wordpress.com/2020/04/25/helen-milner-e-o-estudo-da-politica-externa-interesses-informacao-e-instituicoes/

Acesso em: 23/10/2023

ONUKI, Jáia; ALBUQUERQUE, Ana Balbachevsky Guilhon; MURTA, Arthur. Parte I - Feminismo e Teoria Política 2. Resistência e ocupação de espaços: debates feministas e queer em relações internacionais. SciELO Books, Salvador: EDUFBA, pp. 38-55, 2018. Disponível em: https://books.scielo.org/id/6tdtg/pdf/vitale-9788523218638-03.pdf

Disponível em: 03/10/2023

Painel de Gestão. ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS (ADB), 2023. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/15MJsGbXM_sjxd0LdurwIn8B01yvKod-R?usp=sharing

Acesso em: 11/11/2023

PAIVA, Isadora Campregher. A escola feminista nas Relações Internacionais: bases teórico-metodológicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116329

Acesso em: 05/10/2023

PEREIRA, Demetrius Cesario; ROCHA, Rafael Assumpção. Debates teóricos em Relações Internacionais: Origem, Evolução e Perspectiva do embate Neo-Neo. MONÇÕES - Revista das Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.3., n.6, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/28494059/DEBATES_TE%C3%93RICOS_EM_RELA%C3%87%C3%95ES_INTERNACIONAIS_ORIGEM_EVOLU%C3%87%C3%83O_E_PERSPECTIVA_DO_EMBATE_NEO_NEO

Acesso em: 01/10/2023

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

QUADRO GERAL DE MULHERES EM POSIÇÕES DE CHEFIA NO ITAMARATY. ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS (ADB), 2022. Disponível em: https://img1.wsimg.com/blobby/go/22800fab-ef46-479e-bdfc-c62211c5ba73/downloads/relatorio%201.pdf?ver=1699462655603

Acesso em: 11/11/2023

Recrutamento. ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS (ADB), 2022. Disponível em: https://img1.wsimg.com/blobby/go/22800fab-ef46-479e-bdfc-c62211c5ba73/downloads/relatorio%202.pdf?ver=1699462655603

RIBEIRO, Djamila. Simone de Beauvoir e Judith Butler: Aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política. Universidade Federal de

São Paulo (UIFESP), Guarulhos, 2015. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/49071

Acesso em: 30/08/2023

RIGO, Gabriela Morais. Desigualdade de gênero na carreira diplomática brasileira. UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI (UNIVATES), Lajeado, 2021. Disponível em: https://img1.wsimg.com/blobby/go/22800fab-ef46-479e-bdfc-c62211c5ba73/downloads/RIGO%20(2020)%20Desigualdade%20de%20Ge%CC%82nero%20na%20Carreir.pdf?ver=1699462655567

Acesso em: 30/08/2023

RINALDI DA ROSA, Graziela. (RE)Pensando o feminismo de Nísia Floresta e a sua contribuição para a história e literatura brasileira. Cadernos Literários, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (FURG), v. 24, n 1, 2016.

RODRIGUES, Paulo Jorge *et al*. O trabalho feminino durante a revolução industrial. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino_paulo-jorge-rodrigues.pdf

Acesso em: 23/09/2023

SALOMÓN, Mónica, PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. Rev. Bras. Polít. Int. 56 (1), p. 40-59, 2013.

SCHNEIDER, Graziela. A revolução das mulheres. Editora Boitempo, 1ª edição, 2017.

SENADO NOTÍCIAS: Dilma Rousseff: a primeira mulher a presidir o Brasil. 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil

Acesso em: 11/11/2023

SILVIA, Federici. Mulheres e caça às bruxas. Boitempo Editorial, 1ª edição, 2019.

SJOBERG, Laura, VIA, Sandra. Gender, War and Militarism: Feminist perspectivs. PRAEGER SECURITY INTERNATIONAL, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do Feminismo no Brasil. Editora Brasiliense, 1ª edição, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, 2014.

TICKER, J. Ann. Gender in International Relations Feminist Perspectives on Achieving Global Security. Columbia University Press, New York, 1992.

TICKNER, J. Ann. Hans Morgenthau 's Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation (1988). Millennium - Journal of International Studies, p. 429-440, 1988.

TRUE, Jacquie. Feminism, Chapter 9. Economic Development Council Belize, 2004. Disponível em: https://edc.gov.bz/wp-content/uploads/2016/10/Feminism_-_Jacqui_True.pdf

Acesso em: 30/06/2022

VENTURA, Raissa Wihby; KRITSCH, Raquel. Relações Internacionais, Teorias Feministas e Produção de Conhecimento: Um balanço das contribuições recentes. MONÇÕES - Revista das Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.11, p. 24-57, 2016.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher: Edição comentada do clássico feminista. Boitempo Editorial, 1ª edição, 2016.

XAVIER DO MONTE, Isadora. Gênero e Relações Internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de segurança. Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2010.